

CAPITULO 1 – CONCEITO, MÉTODO, JUSTIFICATIVA E PROCEDÊNCIAS

Neste capítulo pretendemos problematizar o conceito de espaço público, como objecto central do trabalho considerando a sua análise a dois níveis de interpretação: enquanto lugar da acção política e de expressão de modos de subjectivação não identitários, em contraponto aos territórios familiares e de identificação comunitária e a perda do seu estatuto privilegiado de inter-relacionamento social (Hannah Arendt, 1972); e como lugar por excelência do agir comunicacional, o domínio historicamente constituído da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão e como pretexto de encontros multi-sociais (Jürgen Habermas, 1984). Esta abordagem do espaço público desenvolver-se-á num quadro urbano concreto: a cidade de Barcelona.

Examinamos as dimensões da forma, da apropriação e do lugar para tentar explicar o objectivo do presente trabalho, assim como a integração dos conceitos no direccionamento da problemática equacionada, com o intuito de entender como se organiza o espaço do cidadão e o espaço da política, que necessariamente se sobrepõem. Importa entender como se organiza o espaço público nas diversas dimensões face ao envolvimento dos actores institucionais, pois são estes que tem o poder de materializar a forma do espaço e como se repercute pelos cidadãos. Os projectos de renovação urbana¹ em que se dá grande ênfase ao espaço público, não são mais do que uma estratégia de acumulação de capital e um modo da reprodução capitalista contemporâneo subjacente às acções do poder público e da iniciativa privada, instituindo-se através da produção-consumo. Este tipo de atitudes tem forçosamente implicações na forma dos espaços, pois como refere Hall (1996:361): *“trata-se da criação da cidade como cenário, esterilizada, livre de contradições do perigo, com ruas restauradas e yuppificadas, transformando-se num espaço urbano imaginário de um filme da disney”*. Contudo, são cenários direccionados, que apontam uma apropriação e definem um lugar.

1.1. O padrão conceptual

La sociedad contemporánea se transforma deprisa y, desbordados por esta evolución, a veces medimos mal como han cambiado en poco tiempo los objetos que utilizamos, nuestra forma de actuar, de trabajar, las relaciones familiares, las diversiones, los desplazamientos, las ciudades en las que vivimos, el mundo que nos rodea, nuestros conocimientos, esperanzas y temores...”(ASCHER,2004:17).

As mudanças globais das cidades que hoje vivenciamos, geraram uma nova atitude na sua compreensão. A transformação da sua estrutura económica e social, a sua organização espacial e a sua configuração formal marcam a produção de novas territorialidades através de visões antagónicas: actores institucionais versus cidadãos.

Neste contexto, o espaço público ganha um novo significado, político – ideológico, social e estrutural. Assim, o presente capítulo, pretende fazer uma abordagem do conceito de

¹ Os processos de renovação urbana compreendem a procura de novas centralidades e o reordenamento sócio-productivo, que podem incorporar projectos da escala metropolitana à local.

espaço público, no sentido de entender a sua estruturação na evolução da sociedade contemporânea e, conseqüentemente, na problemática equacionada.

Reflectir sobre o conceito de espaço público obriga a pensar o espaço como um recurso, um produto e como uma prática (sensual, social, política e simbólica). Importa igualmente reflectir sobre a apropriação e utilização do espaço (tanto a nível material como simbólico), a transformação de espaços existentes e a produção de espacialidades inéditas, em correspondência com distintos projectos culturais emergentes e em seu apogeu.

1.1.1.O conceito de espaço público

O termo Espaço Público surge cada vez mais como o *locus* de uma base de discussão transversal às diversas ciências, suscitando permanentemente novas abordagens. Actualmente têm surgido diversos estudos que utilizam como cerne da questão o espaço público urbano. Quer ao nível da aborgagem da sua estrutura, função, projecto, o seu carácter semântico e social, tem-se conduzindo pelo estabelecimento de intercalar várias de estas perspectivas de análise, por se entender que o espaço público acarreta diversos significados e dimensões que não existem isoladas.

Segundo Ascher (1995), o termo de espaço público aparece pela primeira vez num documento administrativo em 1977, no quadro de um processo de intervenção pública, agrupando na mesma categoria os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana, o mobiliário urbano.

O espaço público é considerado como aquele espaço que, dentro do território urbano tradicional (especialmente nas cidades capitalistas, onde a presença do privado é predominante), sendo de uso comum e posse colectiva, pertence ao poder público. Serpa (2004) refere-se ao conceito de espaço público como sendo em si mesmo o espaço da acção política ou, pelo menos, da possibilidade da acção política na contemporaneidade.

O espaço público é o espaço por excelência da/na cidade. É o espaço da cidade. Conhecemos a cidade através do espaço público. Nele aprendemos a caminhar e a ver a cidade. Indovina (2002) assume esta posição e define três aspectos ou pontos de vista, na qual justifica o espaço público como a cidade. De uma forma geral, considera que o espaço público constitui um factor importante de *identificação*, que conota os lugares, manifestando-se através de símbolos. Em segundo lugar, refere o espaço público como o *lugar da palavra*, como lugar de *socialização*, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade exprime. Borja (2003a) assume a mesma posição que Indovina e reivindica a cidade como espaço público, negando-se a atribuir ao mesmo apenas um só, uso especializado. Defende que “é a cidade no seu conjunto que merece a consideração do espaço público” (BORJA, 2003a:29), e que este é o lugar por excelência da sociabilização. Contudo: “*Public Space has very different meanings in different societies, places, and times, and as all of this suggests, its meaning today is very much bound up with the contrast between public and private space*”(LOW & SMITH, 2006:4).

O conceito de espaço público é de alguma complexidade, pelo que uma definição específica seria sempre redutora. Assim, para efeito do presente trabalho procuramos definir o mesmo de forma genérica de acordo com as perspectivas de análise que nos parecem mais elucidativas. Alexandra Castro (2002), refere que, do ponto de vista sociológico o termo de espaço público só por si se revela de alguma complexidade. À parte do que engloba o conceito, o próprio termo levanta algumas questões para esta investigadora. Alexandra Castro discute inclusive, se a utilização do termo se deveria empregar no plural ou no singular ou se é correcto denominar espaço público ou “espaço do público”. Na concepção de esta autora, o espaço público deve ser visto segundo duas visões antagónicas: 1) retorno em força dos espaços públicos como elementos centrais dos projectos urbanos e 2) que o esquecimento da sua dimensão pública pode estar na origem da crise do laço social e da crise de cidadania que hoje se conhece.

No primeiro ponto, o retorno em força dos espaços públicos, prende-se com os grandes projectos de renovação urbana, que segundo Adriano Botelho (2004:111-124), adquirem maior importância para “acumulação de capital e reprodução do modo de produção capitalista contemporâneo subjacente às acções do poder público e da iniciativa privada”. Neil Smith (2005) complementa dizendo que “*It is impossible to conceive of public space today outside the social generalization of private space and its full development as a product of modern capitalist society*”. (LOW & SMITH, 2006: 4)

Relativamente ao segundo ponto, Ascher (1995) segue a mesma ideia, referindo que a problemática dos espaços públicos resulta num primeiro momento de uma transformação das práticas urbanas, e dos usos e *status* dos diversos espaços metropolitanos. As noções de público e privado se transformam, as partilhas espaciais e jurídicas se redefinem. As distinções estabelecidas público/privado, exterior/interior, colectivo/individual, comunitário/urbano, são redefinidas pela desagregação social e funcional dos bairros, o desenvolvimento de novas centralidades, as novas sociabilidades mais fundadas nas afinidades que nas proximidades físicas, a integração para a habitação com funções outrora exteriores, o desenvolvimento dos transportes rápidos, a quase generalização do uso do automóvel, as concessões mais numerosas dos trabalhos e serviços públicos, etc.

Na actualidade questiona-se muito a posição do público versus privado no entendimento de espaço público. Isso, na minha concepção mais projectual, vai abrir novos direccionamentos no estudo, pois, de facto, como poderemos conhecer o significado de público se não entendemos a analogia privado?

Como refere Ascher, para se entender a noção de espaço público é necessário entender o que é público. E o que é público? Talvez essa questão se coloque porque cada vez mais a linearização que se põe entre os dois conceitos se cruza e começa a haver uma maior privatização dos espaços².

Para entendermos melhor a dimensão dos conceitos de espaço público, partindo igualmente do segundo pressuposto que Castro (2002) refere, recorreremos às definições de

² Tomemos como exemplo as *gate communities*, que limitam o acesso público aos seus moradores.

Arendth (1972) e Habermas (1984). Quando Castro (2002) refere que num primeiro momento existe um retorno em força dos espaços públicos como elementos centrais dos projectos urbanos, entra um pouco na teoria de Arendth, onde se enquadram os actores institucionais, em que o espaço público se encontra enquanto lugar da acção política e de expressão de modos de subjectivação não identitários, (Hannah Arendth, 1972), ou seja, muito ligado ao que Lefebvre refere de espaço programado³; e o espaço público como lugar por excelência da comunicação e encontro multi-sociais, da democracia e do uso livre (Jürgen Habermas, 1984), mas que hoje se encontra numa profunda crise identitária, e aqui ligado ao que Alexandra Castro (2002) define no segundo ponto.

O espaço público constitui ou deveria constituir uma fonte de forte representação pessoal, cultural e social, pois trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem aos discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais que constituem uma sociedade.

Em síntese, o espaço público é repleto de significados, que representam, em muitos casos, o passado que se repercute no tempo e se transforma, mas que conta no presente a sua história. Vejamos o exemplo da praça do Geraldo na Cidade de Évora. Antigamente, os grandes produtores reuniam-se num dia específico da semana na praça para fazerem seus negócios de venda e compra de produtos. Esta manifestação surgia como um ritual que se reproduziu durante muito tempo. Actualmente, tendo em linha de contas as transformações da produção tradicional, aquilo que hoje acontece na praça é somente um ritual passado, pois já não se efectua venda ou compra de bens, embora as pessoas continuem a reunir-se ao mesmo dia da semana unicamente para sociabilizarem uns com os outros.

a) Titulação jurídica

Segundo Carreras i Verdaguer (2002:95), o espaço público relaciona-se estreitamente “com o que é público”, com a titulação jurídica do que se apropria. Para este autor são “[...] espaços públicos todos os espaços que pertencem a alguns dos diversos níveis de Administração, Estado, comunidades autónomas ou administração local, os quais, portanto, seriam abertos, administrados pelos cidadãos”. Parece imperativo quando se faz a abordagem ou conceitualização do espaço público, que se distinga o público do privado, como reiterámos anteriormente. Para Carreras i Verdaguer (2002) fazer esta distinção, não passa somente por entender a abrangência do conceito, mas sobretudo por entender a cidade como uma artefacto construído e artificial, que aparece normalmente como um espaço denso e fechado, no qual predomina a propriedade privada e a regulamentação pública, que limita o uso público de espaços, como praças e ruas.

A necessidade de distinguir o público do privado, passa pelas mudanças que os espaços públicos estão a sofrer fruto das alterações nas formas de consumo, onde estão

³ “[...]o espaço arquitectónico e urbanístico, quando responde à encomenda social, aquela dos “promotores” e aquela dos “poderes”, contribui então activa e abertamente para a reprodução das relações sociais. É o espaço programado”(LEFEBVRE, 1973: 22).

necessariamente implícitos os centros comerciais, que de algum modo se prendem com a privatização.

A produção e consumo do espaço, assim como o processo de urbanização, estão inseridos no amplo processo de reprodução das relações de produção capitalistas, na medida em que a produção e o consumo do espaço e o processo de urbanização são guiados pelos ditames da propriedade privada e são regulados pelas necessidades do capital em gerar valor excedente” (BOTELHO, 2004:112).

As políticas urbanas de intervenção, têm supra influência nestas mudanças estruturais da dimensão social do espaço público, pois para além de fomentarem a proliferação destes espaços, reduzem a qualificação dos espaços públicos a meros sobejos da urbanização, ou então actuam vinculados a um “zonamento” de intervenção estratégico. Os modos de reprodução do capital através do urbanismo e concretamente nas estratégias de políticas de intervenção, em que o espaço público surge como o mote de indução do conceito das estratégias de promoção, cria-se na base de sustentação da especulação imobiliária. Segundo Carlos (2001), estas contêm implicações importantes no uso e na apropriação do espaço urbano, pois “[...]limitam as condições e as possibilidades de uso do espaço público pelos seus habitantes, isto é, cada vez mais os espaços urbanos, transformados em mercadoria, são destinados à troca, o que significa que a apropriação e os modos de uso tendem a se subordinar (cada vez mais) ao mercado”.

O caso dos projectos de renovação urbana em que se dá grande ênfase ao espaço público, não é mais do que uma estratégia de acumulação de capital e um modo da reprodução capitalista contemporâneo subjacente às acções do poder público e da iniciativa privada, instituindo-se através da produção-consumo. Este tipo de atitudes tem forçosamente implicações na forma dos espaços. Reduzem-se aspectos como a acessibilidade, visibilidade e funcionalidade, pois implicitamente surgem outras demandas nas vivências dos espaços. Ribeiro (2000:2) aponta que a perda de vivência do espaço público se prende com a

“ [...] difusão de uma sensação de insegurança perante espaços demasiado abertos e pouco controlados, reveladores de uma certa agorafobia urbana, a concentração da população em áreas suburbanas distantes das zonas centrais, a criação de infra-estruturas de circulação intra-urbanas” (RIBEIRO, 2000:2).

A mesma autora refere que esta perda está igualmente associada aos avanços tecnológicos no âmbito das telecomunicações, que representam processos de mudança que podem reflectir-se num retraimento do espaço público, sobretudo no que diz respeito à sua componente física, e por conseguinte à sua forma.

Por isso se torna importante entender como a forma influi na apropriação dos espaços, para se poder debater a importância do urbanismo e dos projectos de intervenção do espaço público. Temos de considerar que:

“O acesso do público supõe um diferencial do espaço, a apropriação física ou sentimental que fazem os indivíduos e os grupos que vai mais além do consumo simples da sua imagem simbólica, produto das políticas urbanas (Benach, 1970), que fazem como meros espectadores” (CARRERAS i VERDAGUER, 2002:97).

Isto aponta no sentido que existe uma alienação dos actores institucionais relativamente às necessidades das populações, pois as imagens criadas através das estratégias de renovação urbana, se concebem à margem das mesmas, fazendo muitas vezes

com que as pessoas não se identifiquem com os lugares, podendo mesmo afirmar-se, que com o tempo, a apropriação não é efectuada.

Outro conceito que está estritamente ligado ao de espaço público é o de acessibilidade, defendido por vários autores como o lugar onde qualquer indivíduo pode circular livremente. Serpa (2004) refere que a acessibilidade:

” [...] está estreitamente vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstracta) à concretude física dos espaços públicos urbanos. Pois a acessibilidade não é somente física mas também simbólica (e abstracta) na concretização física dos espaços públicos urbanos” (SERPA, 2004:22).

Para este autor, a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o design físico de ruas, praças, parques, largos, centros comerciais e prédios públicos. Podemos dizer que a acessibilidade na visão deste autor transporta uma dimensão física e outra simbólica, mas assentes na dimensão social do espaço.

“Se é certo que o adjectivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que simples acesso físico a espaços “abertos” de uso colectivo (SERPA, 2004:22).

Por fim, Carreras i Verdaguer (2002) analisa o espaço público do ponto de vista da sua função. Refere que nesta acepção, os espaços podem ser especializados ou polivalentes, isto é, monofuncionais ou plurifuncionais. Os espaços públicos abertos são essencialmente polivalentes, dedicados a usos diversos, e que um uso pode predominar sobre outros; assim, as ruas e as praças, os passeios e as avenidas, os parques e os jardins servem para circular e comunicar, para passear e encontrar-se, para trabalhar e passar o tempo, para contemplar e ser contemplado.

Esta definição de Carreras i Verdaguer vai muito de encontro aos princípios do modernismo, em que os espaços públicos eram construídos para a burguesia passear, ser vista, como espaços de decoração para as elites. Em contrapartida, geravam-se espaços de exclusão que, mesmo passado tanto tempo, se continuam a gerar nas sociedades contemporâneas. Podemos reflectir sobre o exemplo de Barcelona: hoje como o espaço é acessível a todos, criam-se grupos que geram guetos urbanos e reproduzem incertezas na vivência dos espaços, as classes médias “cultas” deixam de ir a estes espaços. Ana Fani Carlos (1996) na sua obra *O Lugar no/do Mundo*⁴ ilustra muito bem esta situação de formação de guetos através da (re)produção do espaço público.

Outra visão que importa ter em conta é de Jordi Borja (2003:1). Para este autor:

“o espaço público é um conceito próprio do urbanismo que às vezes se confunde com (erradamente) com espaços verdes, equipamentos ou sistema viário, mas que também é utilizado na filosofia política como lugar de representação e de expressão colectiva da sociedade”.

Borja tem uma concepção de espaço público que se centra essencialmente na trilogia cidade -espaço público – cidadania. Defende que nenhum destes termos se pode entender isolado, pois “a nossa vida depende em boa medida desta relação” (BORJA, 2003a:22). Explica que os valores vinculados à cidade, de liberdade e de coesão social, de protecção e

⁴ CARLOS, Ana Fani. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

desenvolvimento dos direitos individuais e de expressão e construção de identidades colectivas, de democracia participativa e de igualdade básica entre os seus habitantes, depende de que o estatuto de cidadania seja uma realidade material e não só um reconhecimento formal. No entanto, esse reconhecimento é algo de extrema dificuldade na cidade contemporânea, pois privilegiam-se valores de acumulação, alheios à vontade pública, como que uma alienação do sujeito face à produção do espaço. É importante, como defende o autor que:

“a cidade funciona realmente como espaço público, num sentido físico (centralidades, mobilidade e acessibilidade socializadas, zonas social e funcionalmente diversificadas, lugares com atributos ou significantes) e num sentido político e cultural/expressão e representação colectivas, identidade, coesão social e integração cidadã”(BORJA, 2003a:22).

Na realidade, a ascensão do espaço público como mote dos grandes projectos de renovação urbana, prende-se, a estratégias de promoção da cidade, baseadas no marketing, simplesmente dotado de uma formalização pontual e específica que lhe concede o estatuto da diferença. Isto porque o urbanismo é o principal habilitado de mudança, mas inevitavelmente o principal indutor de acumulação do capital, aquele que conduz à produção de enclaves escalares⁵. Contrariamente ao urbanismo em que os espaços públicos são meros resquícios da urbanização, estes deveriam ser geradores de traçados, malhas e estruturas. Borja (2003a:29) concede um papel muito importante ao urbanismo, dizendo que este tem como responsabilidade principal:

“produzir espaço público, espaço funcional polivalente que relacione tudo com tudo, que ordene as relações entre os elementos construídos e as múltiplas formas de mobilidade e de permanência das pessoas. Espaço público qualificado culturalmente para proporcionar continuidades e referências, mitos urbanos e entorno protectores, cuja força significativa transcenda as suas funções aparentes. O espaço público concebido também como instrumento de redistribuição social, de coesão comunitária, de auto-estima colectiva. E assumir também que o espaço público é espaço político, de formação e expressão de vontades colectivas, o espaço da representação mas também do conflito. Enquanto há espaço público, há esperança de revolução, ou de progresso”.

Assim, o capitalismo encontrou no urbanismo uma nova forma de reprodução do capital. A espacialidade dos lugares ganha uma nova dimensão, os espaços ganham uma nova configuração. Uma nova escola, que actualmente domina, argumenta que o urbanismo, em todas as suas manifestações, é uma resposta do sistema capitalista e em particular do capitalismo do estado – pelos problemas que demonstra a organização da produção e especialmente ao dilema das crises contínuas (HALL, 1996).

Segundo HARVEY (1992), PRETECEILLE (1988), SANTOS (1996) e DANTAS (1997), no planeamento urbano, a partir da década de 90, na matriz anterior do planeamento (regulatório), o espaço era visto como recurso a ser moldado com propósitos sociais e actualmente o espaço é entendido como dimensão independente e autónoma, a ser moldada

⁵ Segundo Harvey (1996) o capitalismo necessita de uma âncora espacial para a sua reprodução. Brenner (1999) in Gonzalez (2003) define enclave escalar como sendo algo composto por formas de organização territoriais que incluem aglomerações urbano-regionais, instituições estatais e a economia global que entramham, mas que transcendem a escala urbana.

segundo princípios estéticos. Nesta última acepção, o espaço, reificado, adquire uma posição aparentemente mais importante por conter a capacidade de gerar resultados em/por si.

A composição dos princípios estéticos do espaço entra no molde da competitividade global das grandes cidades e tenta a qualquer custo afirmar a sua territorialidade, quase sempre em princípios de composição do espaço urbano. Qualquer cidade no marco da concorrência global e de cidades inteligentes imposto pelo chamado posmodernismo gostaria de ser considerada um modelo, em algum aspecto (CARRERAS i VERDAGUER, 2007a). Assim surgem projectos como o Museu Guggenheim em Bilbao, ou os jogos olímpicos em Barcelona, que se centraram em narrativas escalares da globalização, baseando-se em políticas urbanas. Este é um processo que assenta nos princípios do urbanismo neoliberal, em que se procura assinar recursos necessários para a acumulação do capital (Soja, 2000; Palladino, 2004). Da mesma forma, que a crise que afecta o espaço público está muito ligada à lógica neoliberal, observada através do abandono dos espaços colectivos, onde se exerce a cidadania e um encarceramento das pessoas ao âmbito doméstico. Mas o facto é que este modelo de intervenção através das novas formas urbanas que gera, cria desigualdades e disparidades entre a sociedade e bifurcações extremas entre a riqueza e a pobreza (HARVEY & SMITH, 2005), pois alimentam pólos distintos de acumulação. Neste contexto, as políticas urbanas são especialmente relevantes na avaliação das novas territorialidades e na organização do espaço público. Surgem novas centralidades e novas configurações entre centro e periferia. Como refere Sara González (2005), podemos afirmar que a partir de uma aproximação de políticas de escalas, se podem analisar os processos destes discursos de competitividade urbana.

Este pasaje de escalas, reflecten una combinación de los intereses privados que buscan beneficios imponiendo grandes costes sobre el resto de la comunidad. La escala metropolitana vulve a dominar sobre la escala regional, en vez de lo contrario" (HARVEY & SMITH, 2005:67).

Esta combinação de interesses é estimulada a partir do chamado conceito de *city marketing* ou marketing urbano⁶, acordado em bases estratégicas de planeamento urbano. O planeamento urbano praticado segundo políticas e estratégias de produção de imagens, converteu-se num instrumento de captação de capitais externos, na forma de investimentos directos e indirectos, de fluxos de mercadorias e de pessoas (CARRERAS i VERDAGUER, 2003). O reforço de uma imagem de vitalidade urbana, foi alcançado através de obras de construção e de novas infra-estruturas megalómanas, que reconciliam ou tentam reconciliar as debilidades e fragilidades das cidades, dentro de uma lógica que responde ao que se definiu

⁶ O conceito de *city marketing* ou marketing urbano, pode-se caracterizar como uma prática estratégica e discursiva que valoriza a construção e valorização da imagem dos centros urbanos e das suas respectivas limitações ético-legais. Este conceito surge de um novo sistema de políticas públicas urbanas que se adoptou em várias cidades e que pretende promovê-las a nível local, regional e global. Para Sánchez García (1999:1), o marketing urbano, "mientras principal instrumento para apalancar diversos procesos de promoción urbana, vienen adquiriendo cada vez mas centralidad en lo conjunto de estas nuevas políticas" Esta prática acontece, pois as imagens como representações são o principal conteúdo do pensamento humano e que pode influir no seu comportamento e interferir na compra dos lugares. O marketing urbano é um termo que significa promoção, ou competitividade da cidade como um todo (Van Gent e Peelen, 1987, in PEREIRA, 2003), que à parte das transformações no tecido urbano-arquitectónico, eleva as cidades no marco da competitividade global e das novas tendências internacionais. Nessa esfera da circulação simbólica, discursos, imagens e políticas do marketing urbano acompanham e alimentam processos de reestruturação produtiva e de atracção de capitais internacionais.

como sociedade do espectáculo⁷. Desde modo fazer cidade converte-se num acto eleitoral desmedido, sustentado em políticas de urbanização de índole meramente especulativa, servindo as necessidades de agentes transnacionais e locais, que cumprem o papel de “amantes passivos” (MARTINEZ, 2003).

A cidade perde o seu significado historicista face a estes novos processos de urbanização, os lugares ganham novas identidades, incluindo o próprio conceito de lugar, que passa a ter alguma resistência face à sua identidade, pois como refere Castells (1996), na sociedade-rede surge uma nova espacialidade, onde os espaços de fluxos predominam sobre os espaços de lugares, alterando a sua forma, função e significado. Contudo, a própria demanda da administração pública, tem sido a principal causadora, conjuntamente com os técnicos com destaque para os arquitectos, das transformações incoerentes do espaço público. A administração pública, sobretudo a local, tem uma influência muito forte na estruturação do marco físico urbano, pois actua directamente sobre o espaço urbano, seja por aprovação, aplicação e defesa dos instrumentos de gestão urbanística, seja ao lado das actuações privadas.

O que se passa é que essa conectividade é conduzida através de interesses próprios e de máxima rentabilização dos mesmos. Mesmo que os instrumentos de gestão territorial vigentes aparquem actuações que visem a sustentabilidade do espaço urbano, estes muitas vezes não são aplicados.

A estabilidade da malha urbana é conseguida através do espaço público, que se configura num território estável e exacto. Sendo exposto a tais perturbações por parte dos agentes institucionais, a sua condição é exposta a violações e interrupções, não havendo uma continuidade no espaço em si e com toda a malha urbana. Assim o espaço público é apresentado a processos consecutivos de territorialização/ desterritorialização tão desconcertantes como intensos e produtivos (ARROYO, 2007).

De um modo geral podemos concluir que é difícil apresentar uma definição concreta de espaço público, pois encara diversas vertentes de abordagem que se interligam. Contudo, o espaço público é um lugar aberto, de acesso irrestrito, um ponto estruturante da malha urbana e confluência de vários caminhos e lugares, é um espaço de passagem e de permanência, construído por diversos agentes, quer na sua forma material ou vivencial. O espaço público é uma estrutura e estratégia de forma caracterizada pelos seus elementos constituintes (que o individualizam), social e económica.

1.2. O padrão teórico: as linhas de análise do espaço público

Neste item pretendemos fazer uma abordagem do espaço público na perspectiva da forma e da apropriação do lugar. Pretende-se fazer um ponto da situação das reflexões que actualmente configuram esta problemática.

⁷ Sobre o tema ver: DEBORD, Guy (1971). *La Société du spectacle*. Paris: Champ libré.

1.2.1. As dimensões do Espaço Público: o espaço público na esfera pública urbana

Como reiteramos, o conceito de espaço público abarca diversas dimensões algo complexas. O interesse do homem pelo espaço têm raízes existenciais, pois deriva de uma necessidade de adquirir relações vitais no ambiente que o rodeia, para dar sentido e ordem a um mundo de acontecimentos e acções (NORBERG-SHULZ, 1975).

Contudo, umas das afirmações que mais aborda e demonstra o quanto o espaço público é importante, está na definição de E.Kant, retomada posteriormente por Habermas, onde se defende que o espaço público está no coração do funcionamento democrático. Estes popularizaram o seu uso na análise política a partir dos anos 70. Habermas define-o como a esfera intermédia que se constituiu historicamente, no período das Luzes, entre a sociedade civil e o Estado.

O espaço público é o lugar, acessível a todos os cidadãos, onde um público se reúne para formular uma opinião pública. É a posse mediatizada por parte de um ente abstracto – a comunidade (GUERRA, 2000). O intercâmbio discursivo de posições racionais sobre problemas de interesse geral permite identificar uma opinião pública. Esta «publicidade» é um meio de pressão à disposição dos cidadãos para conter o poder do Estado. Mas Habermas (1984) considera que o aparecimento do Estado-Providência perverteu esse mecanismo de concertação democrática. Tal como outros, procuro pelo contrário, caracterizar e compreender o papel do espaço público numa democracia de massas. Quer dizer, um espaço muito mais vasto do que antes, com um número muito maior de temas debatidos, um número muito maior de agentes intervindo publicamente, uma omnipresença da informação, das sondagens, do *marketing* e da comunicação.

O espaço público é o espaço da sociedade, o espaço político como refere Hannah Arendth (1972) e nestes contornos é necessariamente um espaço simbólico, pois opõem-se e respondem-se a discursos, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais, intelectuais que constituem uma sociedade. É, portanto, antes de mais, um espaço simbólico, que requer tempo para se formar, um vocabulário e valores comuns, um reconhecimento mútuo das legitimidades; uma visão suficientemente próxima das coisas para discutir, contrapor, deliberar. Não se decreta a existência de um espaço público da mesma maneira que se organiza eleições. Constata-se a sua existência. O espaço público não é da ordem da vontade. Simboliza, simplesmente, a realidade de uma democracia em acção, ou a expressão contraditória das informações, das opiniões, dos interesses e das ideologias. Constitui o laço político que liga milhões de cidadãos anónimos, dando-lhes a sensação de participar efectivamente na política. Se é que é possível instituir voluntariamente a liberdade de opinião, a liberdade de imprensa, a publicidade das decisões políticas, o mesmo não basta para criar um espaço público. É preciso recordar que o modelo democrático pluralista que, desde os anos 1980, é objecto de um consenso na Europa como nunca antes o havia sido na História, foi considerado entre 1930 e hoje, e sobretudo entre 1947 e 1977, devido ao peso do marxismo, a

Guerra Fria e às oposições ideológicas, como um conceito de «direita». Opunha-se a democracia «formal», burguesa, à democracia «real», mais ou menos socialista. E nesta batalha ideológica amarga, ninguém falava de espaço público. As palavras dominantes do vocabulário político eram: poder, conflitos, contradição, interesses de classe, alienação, ideologia, mas nunca espaço público.

O espaço público pressupõe, pelo contrário, a existência de indivíduos mais ou menos autónomos, capazes de formar a sua própria opinião, não «alienados aos discursos dominantes», acreditando nas ideias e na argumentação e não apenas no confronto físico. Numa palavra, o conceito de espaço público é a autenticidade das palavras que se impõe sobre a dos murros, das vanguardas e dos sujeitos da História. É a ideia de um reconhecimento do outro e não a sua redução ao estatuto de «sujeito alienado». Mas o espaço público tornou-se uma palavra da moda por uma outra razão, menos política que sociológica, reforçando-se ambas e tendo ligações uma com a outra. O espaço público também é o resultado do movimento de emancipação que consistiu em valorizar a liberdade individual e tudo o que é público sobre o «privado», identificado com o domínio dos interditos de antigamente e com as tradições. Defender o privado era, afinal, defender as regras, as convenções, as tradições; era ser conservador. E deu-se, assim, um encontro entre dois movimentos relativamente diferentes: um a favor da liberdade individual, logo de uma certa capacidade para mostrar publicamente aquilo que se é, e o movimento democrático, que favorecia também a ideia de publicidade contra a de segredo e de interdito. Foi valorizado, de ambos os lados, o que era «público». Actualmente ouve um retrocesso e uma mudança, um domínio do privado sobre o público. Contudo as regras mudaram, as tradições e as convenções se instalaram sob a forma de outras vivências, que procuram instalar-se em espaços específicos e elitizados.

Numa perspectiva territorial e tecnicista, o espaço público é, à partida, um espaço físico; o da rua, da praça, do comércio e das trocas. É o espaço que a “olho nú” qualquer um identifica por características formais que o individualizam.

“O espaço público de uma cidade é formado pelo sistema de espaços públicos livres (ruas, praças, jardins, parques, praias, rios, mar) e pelos elementos morfológicos que são visíveis a partir desses espaços. Engloba por um lado, aquilo a que chamamos paisagem urbana, e por outro, as fachadas que formam uma interface entre espaço público e privado. O espaço público é composto, ordenado e mantido em função do seu uso e da sua percepção social. É o que podemos chamar espaço público ordenado, ou seja, concebido como um todo e contemplando tudo aquilo que o constitui desde o tratamento do solo à envolvente arquitectónica, mobiliário e equipamento urbano até à arborização urbana. O espaço público é, em boa medida, o suporte físico das redes de serviços, sistemas de transportes e comunicação do ambiente urbano. É nele que estas redes se materializam, têm uma presença física através de elementos concretos (caixas de registo, tampas de acesso, sumidouros, entradas de acesso ao metropolitano, sinalização, etc.). (COTRIM, 2005:8)



Figura 1.1 – Bairro de Sant Andreu. Barcelona (Maio de 2006). Confluência de uma praça com quatro ruas pedonais. O traçado da malha urbana permite identificar o espaço público, e a sua tipologia segundo os elementos de construção que constituem o espaço.

Fonte: Autora.



Figura 1.2 – Avenida Diagonal. Barcelona (Maio de 2006). As estruturas existentes, a sua configuração tipológica define o significado do espaço. Os modos de vivência do espaço são distintos. É um espaço pedonal de passagem e de estadia acompanhado por uma ciclovía.

Fonte: Autora.

Foi só a partir dos séculos XVI e XVII que este espaço físico se tornou simbólico, com a separação entre o sagrado e o temporal, e o progressivo reconhecimento do estatuto da pessoa e do indivíduo face à monarquia e ao clero. Este movimento abrange facilmente dois séculos. É, com efeito, a redefinição do privado que permite, em contraponto, ao espaço público, desenhar-se e afirmar-se. A palavra público aparece no século XIV, do latim *publicus*; o que diz respeito a «todos». Público remete para «tornar público», para publicar, do latim *publicare*. Isto pressupõe um alargamento do espaço comum e a atribuição de um valor normativo àquilo que é acessível a todos. Na passagem do comum ao público, algo que se tornou, mais tarde, uma característica da democracia, a saber a valorização do número, o complemento, de alguma maneira, do princípio de liberdade. Segundo Farrando i Sicília (1999), o termo de espaço público incide sobre a questão da propriedade. O que é público

contrapõem-se ao que é privado e neste sentido demonstra o protagonismo das administrações públicas na intervenção destes espaços.

O espaço público é, evidentemente, a condição para o nascimento do espaço político, que é o mais «pequeno» dos três espaços no sentido daquilo que circula. Não se trata, neste espaço, nem de discutir nem de deliberar mas, sim, de decidir e de agir. Sempre houve um espaço político. Simplesmente, a especificidade da política democrática moderna reside no alargamento do espaço político, à medida do movimento de democratização. A palavra emerge entre o século XIII e o século XIV, vinda do latim *politicus*, e tomando da palavra grega *politik* a ideia essencial da arte de gerir os assuntos da cidade. Existe então, não apenas um desafio suplementar em relação ao espaço público, que é o poder mas, também, um princípio de fechamento mais estrito, ligado aos limites territoriais sobre os quais se exercem a soberania e a autoridade.

A ideia de que as cidades possuem uma esfera pública, pertencente e usada pela colectividade, e uma esfera privada, cuja posse e manutenção respondem aos interesses de um ou mais indivíduos específicos, é bastante antiga, mas virá a definir-se plenamente com a urbanística grega durante a Antiguidade Clássica. Para os gregos, a *agora* era o espaço que, inserido na polis, representava o espírito público desejado pela colectividade e onde se exercia a cidadania.

A definição clara do limite entre os espaços públicos e privados, porém, perdeu-se em vários momentos na história, contrariamente ao que se pensa que é uma coisa da sociedade contemporânea, talvez agora seja mais vinculado face a demandas tão flexíveis num espaço-tempo muito curto. As cidades europeias medievais construíram-se através de uma constante apropriação da terra pública e da definição desordenada de ruas, normalmente estreitas e insalubres. Tal situação repetiu-se, grosso modo, até ao aparecimento do urbanismo sanitista no século XIX, através das intervenções de Hausmann em Paris e de Ildelfons Cerdá em Barcelona. Ainda que baseados num discurso muito mais estatal que público, estas intervenções colocaram o desenho das áreas públicas (especialmente as grandes avenidas) como prioritárias na definição da paisagem urbana.

O Movimento Moderno (no início do século XX) representou uma releitura da ideia de público. Segundo vários representantes, todo o solo dentro dos perímetros urbanos deveria ser de propriedade pública, sendo pertencentes à esfera privada apenas fracções ideais destes terrenos correspondentes aos apartamentos particulares. Esta ideia foi pouco posta em prática, sendo considerada por diversos críticos como "ingenuamente utópica".

Diversos teóricos, entre os quais se destaca Jane Jacobs, no seu livro *Morte e Vida das Grandes Cidades*, criticaram as propostas modernas e sua aplicação na cidade real. Todo este conjunto de críticas gerou nas últimas décadas uma grande valorização da rua como o espaço público essencial às cidades. Talvez os princípios defendidos por esta autora sejam de facto demasiadamente utópicos e pouco realistas, mas o facto é que se denotou um maior interesse pela problemática.

Mais tarde, o Novo Urbanismo, vulgarmente conhecido como o urbanismo do espaço público, veio modificar as linhas orientadoras de intervenção do espaço público. O modo de projectar o espaço organiza-se sobretudo em torno a elementos formais, onde o processo cognitivo assume as linhas base de intervenção. Contudo, o novo urbanismo vai permitir o aumento da densidade, o uso múltiplo (comércio e residência), como forma de diminuir a degradação ambiental e promover mais interações de vizinhança e diminuir a dependência do automóvel. O aumento da densidade salva áreas de cultivo e reservas naturais da ameaça do modelo suburbano, assim como agrada à indústria da construção, que vende mais cidades em menor espaço. Este processo fez com que aumentasse o número de condomínios fechados, a gentrificação, conservadorismo estilístico, homogeneidade e uma imagem geral de intolerância. Segundo alguns autores (IRAZÁBAL, 2001; LARA, 2001), esta nova forma de projectar a cidade não oferece soluções para os problemas existentes, oferece novas soluções para as classes médias/altas.

Actualmente, diversos autores têm-se empenhado no estudo do espaço público e no urbanismo como uma forma de acumulação do capital, desenvolvendo um quadro teórico-conceptual que avança no sentido da pesquisa histórica e no estudo do espaço público, em suas diversas escalas e dimensões. Contudo é importante aprofundar os estudos relativamente a esta projecção, fazendo a ponte entre as diversas formas de acumulação e o estado do espaço público na cidade contemporânea. De acordo com Borja (2005:16-17):

“La presentación de las ciudades como lugares nodales, las nuevas oportunidades de los territorios (argumento apoyado en emergencias y reconversiones exitosas) y la prioridad al posicionamiento en las redes globales y, en consecuencia, a su proyección exterior han sido elementos clave de la construcción del vademécum de la buena política urbana. El plan estratégico, a su vez, ha sido la herramienta operativa (o ha pretendido serlo) de las ciudades aspirantes a triunfar en el mundo global mediante el discurso «hipercompetitivo»”.

Mais do que planos de intervenção urbana, estes planos podem transformar-se em projectos políticos de cidade ou como diz Borja (2005:17): “ [...] o derivar en na cortina de humo llena de buenas intenciones sin otra funcion que legitimar las practicas del poder”.

Ao introduzirem o pensamento estratégico e empresarial na esfera da administração urbana, consultores “estratégas” difundem a proposta de que características da paisagem urbana devem ser utilizadas como um dos principais trunfos na competição por recursos e investimentos. Nessa leitura de cidade, comumente evocada e divulgada, as condições “desfavoráveis” da paisagem urbana, como favelas ou áreas degradadas, passam a ser alvo de propostas de “revitalização” meramente estéticas ou, pior que isso, expostas como “*pontos de atracção turística*” (VAINER, 2002). Esta nova geração de urbanistas, que mais parecem ter saído de escolas de propaganda, lidam com a cidade reinventando, estrategicamente, “produtos-paisagem”, promovidos sob a forma de imagens: “pois é esta a simbiose de imagem e produto que caracteriza a cidade-empresa-cultural perseguida pela terceira geração urbanística” (ARANTES, 2000).

As políticas públicas e os desafios do território impõem novas estruturas político-administrativas, mas as inércias são muito fortes e em geral as reformas se paralisam antes de implementar-se ou produzem um abismo de eficaz inflação institucional. Necessariamente que

ao nível do urbanismo isto tem repercussões, pois o tempo de construção da cidade é distinto do tempo de aplicabilidade e reflexo dos instrumentos de gestão territorial. E considerando as conduções que se elevam às novas produções urbanísticas, a equitabilidade do espaço urbano regenera-se de forma diferenciada e descontínua. Aludido a Françoise Ascher (2004:82-83):

“El nuevo urbanismo aprovecha las distintas arquitecturas y las formas urbanas para crear ciudades diversificadas, ofrecer alternativas y hacer posibles los cambios a escala metropolitana. En cierto modo confiere una importancia renovada a la cuestión de los estilos arquitectónicos separándolos de las cuestiones de funcionalidad y morfología urbanas. Pero también inscribe estas opciones estéticas-cuando afectan a espacios públicos-en procedimientos propios del debate democrático, modificando el marco de actuación de los creadores y su relación con lo público y lo político”.

A reprodução da forma eleva-se necessariamente a uma monumentalidade dos espaços, em que importa a diferenciação e a capacitação de aludir à sua passagem, que não se prende com vivência e muitas vezes se traduz num aniquilamento do seu lugar. Da mesma forma que o urbanismo e as políticas de intervenção têm a capacidade de regenerar, também têm a capacidade de destruir. Por isso é importante discutir a problemática historial do urbanismo e das suas reproduções face às novas demandas territoriais.

1.2.2. A forma e a apropriação do espaço público

“Criar o espaço público é assimilar o mistério que envolve os seus múltiplos propósitos sociais, através de um desenho que caminha ao encontro de objectivos públicos e de comunidades a (re) criar”.

Brandão Alves (2003:298)

Na conceptualização da forma, podemos num primeiro momento, explicitar a concepção de Platão e Aristóteles, que concebem o espaço e a matéria como sendo inseparáveis e a geometria o seu elo abstracto de ligação. O espaço tem uma forma que se transpõe através das linhas geométricas, configurado através de um desenho que o concretiza e transforma num “espaço”. Se pensarmos a cidade, esta é celebrada através das linhas que a constituem, linhas que podem ser planas, dimensionais ou tridimensionais, mas que no todo a encerra, a formaliza e a identifica. Contudo, esta percepção de que a forma individualiza a cidade é algo recente.

Lefebvre (1973) caracteriza a forma urbana a dois níveis de abordagem, na dimensão mental e na dimensão social. Na primeira caracteriza a forma como a simultaneidade (de acontecimentos, percepções, elementos de um conjunto no real). Em termos sociais, caracteriza a mesma como o encontro e a conjugação do que existe nos arredores, no meio (bens e produtos, actos e actividades, riquezas) e, por conseguinte, a sociedade urbana como lugar socialmente privilegiado, como sentido de actividade (produtoras e consumidoras), como encontro de obra e produto. A caracterização de Lefebvre remete para o projecto de espaço público, uma vez que este é necessariamente uma obra produzida segundo determinados interesses que se transforma num produto, pois destina-se ao consumo por aqueles que dele se vão apropriar.

Enquanto produto, a forma é determinada pelo tecido territorial em que é produzida, ou seja, marca necessariamente um contexto social, político e económico, contém uma história. A forma não é involuntária, mas sim repleta de significados e aspirações, até porque, mesmo que se tenha diluído, a percepção é que esta se faz para os cidadãos⁸, esta “constitui uma função primordial de sociabilização, centrada em eixos determinantes que se sobrepõem a um princípio fundamental” (ROBIRA, 2002: 117).

“A forma do espaço público tem muito a ver implicitamente com o momento histórico em que é definido, mas nem sempre um espaço público coincide com um único período histórico. As ruas, as praças ou os parques têm um sentido ou outro ao longo dos tempos, e merece uma especial atenção no momento de intervenção. Em cada projecto deve-se encontrar sempre um conceito.”

A forma compreende diversos significados, é constituída (ou deveria ser) pelas representações espaciais, sociais e políticas do contexto que a reproduz. Individualiza e marca determinada territorialidade através de elementos que a compõem. A forma do espaço público pode ser analisada a diversas escalas. Podemos considerar desde a forma de um canteiro de plantas, à forma total de um espaço (podemos exemplificar ao nível de uma praça) até à forma desse espaço dentro do seu contexto territorial (cidade). Contudo, a forma de um espaço está muito ligada à sua função, apesar do Arquitecto Albert Viaplana⁹ considerar que a função não existe, somente a forma se impõe na criação do espaço, da obra. No entanto, esta consideração nem sempre foi assumida pelos urbanistas e planeadores do espaço público, sobretudo nos princípios do urbanismo racionalista, em que a função impera sobre a forma. Como refere Ribeiro (2000:4-5):“As linhas implícitas na modernidade podem silenciar vozes, valores e argumentações alternativas, impondo uma unidade monológica sobre toda a sociedade”. Deste modo, segundo Magalhães (2001:223):

“ [...] a função de uso e a função ecológica passaram a constituir os dois principais pressupostos da concepção da paisagem, ambos com forte repercussões na sua forma. As funções de uso são o ponto de partida para chegar à forma. O espaço era dividido num zonamento destinado às funções, impostas pelo programa ou determinadas pela aptidão ecológica, e a forma surgia a partir desse zonamento, para dar resposta às funções de uso.”

Porém, a evolução do conceito de espaço público que tem ganho cada vez mais novas abordagens, moldadas através da evolução na produção do espaço urbano, marca inicialmente uma virada na concepção da forma dos espaços. Actualmente a produção do espaço público¹⁰ atribui um significado primordial à forma, efectivada por novas demandas sociais, produzida através de novas condutas, que segundo Costa & Pereira (2004) emergem, fruto da globalização da economia e dos avanços tecnológicos, que resultam das confluências dos decursos económicos, políticos e sociais. Estes são consequência de processos dinâmicos e dialécticos, e assim consideradas construções efémeras que se dissolvem com a acção do mercado e que se materializam nas cidades. Os dispositivos de controlo, cada vez mais subtis e menos evidentes, activam este conjunto de princípios, que permeiam por todos os cantos,

⁸ Um dos princípios do urbanismo da cidade pós-industrial era “que o espaço construído gera significados, e tinha como objectivos a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos e a participação destes nas decisões que afectam os espaços públicos” (BALIBREA, 2003:34). O facto é que na prática este conceito se foi diluindo e sobreposto a outro tipo de interesses.

⁹ Em entrevista proferida em 06 de Março de 2007, no seu atelier em Barcelona.

¹⁰ A produção do espaço público aqui concretamente explicitada é encarada sob o ponto de vista social e arquitectónico.

desfiguram o “novo” e influenciam as estruturas sociais. As nossas acções e pensamentos modelam o espaço, mas, ao mesmo tempo, os espaços mais amplos colectiva ou socialmente produzidos nos quais vivemos também modelam as nossas acções e pensamentos (SOJA, 1993).

Para Santos (1986), a ideia central da interpretação da produção do espaço situa-se na combinação simultânea entre a forma, a estrutura e a função. Isso porque “os movimentos da totalidade social, modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram processos e incitam funções” (SANTOS, 1986:38). Na concepção deste autor, essa totalidade social, pressupõe a existência de um movimento dialéctico da estrutura que opera sobre as formas e funções, fazendo com que os lugares se tornem combinações de variáveis que se diferenciam ao longo do tempo. Essa estrutura é formalizada através dos espaços e porque este é a sociedade em que cada fracção da natureza abriga uma fracção da sociedade actual.

[...] tenemos así, por una parte, un conjunto de objetos geográficos distribuidos sobre un territorio, su configuración geográfica o su configuración espacial, y el modo como esos objetos se muestran ante nuestros ojos, en su continuidad visible, esto es, el paisaje; por otra parte, lo que da vida a esos objetos, su principio activo, es decir, todos los procesos sociales representativos de una sociedad en un momento dado” (SANTOS, 1986: 40).

Deste modo como refere o autor estes processos plenos de funções realizam-se através das formas. Não sendo originalmente formas geográficas, acabam no entanto por ter uma expressão territorial, pois, sem as formas, a sociedade, através das funções e dos processos, não se realizaria.

Daí a importância prestada a uma nova condução na estruturação formal do espaço público. Como refere Brandão Alves (2003: 297) “O espaço público fantástico é aquele que capta o olhar e amplia a imaginação”. Se considerarmos o período romântico, sempre houve um eclodir de princípios formais voltados para o simbolismo do “paraíso perdido”, um pouco desfasados pelo modernismo que atribui a estes espaços funções meramente utilitárias. No caso, estes baseavam-se nos fundamentos ecológicos da natureza, que começam a integrar os princípios de intervenção na cidade, e a constituir o “centro” do desenvolvimento do desenho urbano. Contudo, ambas as dimensões estão muito interligadas. Vejamos a abordagem de Lynch (1980:103):

“Uma cidade é uma organização mutável com fins variados, um conjunto com muitas funções criado por muitos, de um modo relativamente rápido. Uma especialização total, uma engrenagem perfeita são improváveis e indesejáveis. A forma tem, de certo modo, que ser não comprometedor, moldável aos propósitos e às percepções dos cidadãos. Existem, contudo, funções fundamentais que podem ser expressas pelas formas de uma cidade: circulação, aproveitamento dos espaços mais importantes, pontos-chave focais. As esperanças e satisfações comuns podem ser humanizadas. Sobretudo se o ambiente está visivelmente organizado e nitidamente identificado, poderá então o habitante dá-lo a conhecer, por meio dos seus próprios significados e relações. Nesse momento tornar-se-á um verdadeiro lugar notável e inconfundível”.

Na concepção de Lynch (1980), a forma do espaço denota de momento a sua apropriação, pois existe uma relação recíproca que determina o espaço. Isto porque se houver uma “[...]apropiación continua y dinámica del espacio da al sujeto una proyección en el tiempo y garantiza la estabilidad de su propia identidad[...].”(POL,1996:14). Assim, os espaços, os objectos e as coisas ganham um significado através dos usos e do tempo. O mesmo autor

segue aludindo que a forma dos espaços tem forte influência na sua apropriação, mesmo que esta seja (POL, 1996: 15):

“[...]un proceso espontáneo, natural, aunque intencional en alguna medida, las características del espacio, su rigidez o flexibilidad, su contraposición o sintonización con el colectivo usufructuario, pueden ser factores facilitadores o dificultadores”.

Genericamente, apropriação é o acto segundo o qual um sujeito toma posse de algo que não lhe pertencia e o torna próprio. Do mesmo modo, o acto de enunciar implica um processo de apropriação da língua em que o locutor/anunciante constrói um universo de referência discursiva que é parte integrante da enunciação. O anunciar pode ser encarado através da apropriação como a expressão dos grupos que através da forma conduzem o seu comportamento no espaço público pela identificação¹¹ com o mesmo. E neste sentido, retomando Milton Santos (1986), entramos no que o autor define de forma-conteúdo, pois o seu significado é variável na medida que o movimento social lhes atribui em cada momento, fracções diferentes do todo social. “Puede decirse que la forma, en su cualidad de forma – contenido, está siendo permanentemente alterada, y que el contenido adquiere una nueva dimensión al encajarse en la forma.”(SANTOS, 1986:42). Este processo define também o processo histórico e social da cidade. Deste modo, será que podemos afirmar que a forma do ponto de vista organizacional, gera ou afirma o modelo político da estrutura territorial vigente?

A apropriação envolve necessariamente a interacção recíproca utente/espço, na qual o utente age no sentido de moldar os lugares segundo suas necessidades e desejos e o seu contexto social. Os lugares, em contrapartida, tornam-se receptivos. Essa influência mútua entre utente/espço é a razão pela qual as pessoas e os grupos encontram, ou não, sua identidade nos diversos lugares em que vivem.

Além destes aspectos subjectivos, a ambiência também engloba aspectos objectivos, que interferem com as sensações corpóreas que se experimentam num lugar. Enquanto os aspectos subjectivos são activados pela maneira em que os materiais, as cores, as texturas e as formas são combinadas para compor o ambiente, os aspectos objectivos são activados pelas condições térmicas, acústicas, luminosas e dimensionais. Ambos têm consequências comportamentais. A principal diferença entre eles está no facto de que os primeiros se encontram ligados à cultura, enquanto os demais são inerentes à condição humana. Se uma pessoa está sentindo muito frio ou calor ela não se sentirá confortável, por mais bonito e atraente que seja o lugar onde estiver. Isto acontece porque o corpo humano deve manter uma temperatura interna constante e, por isso responde às condições térmicas de modo a manter o equilíbrio entre a quantidade de calor produzida pelo processo metabólico e a quantidade de calor consumida no ambiente. A dimensão física da ambiência pode ser entendida como a

¹¹ A identidade é o carácter do que permanece idêntico a si próprio, e permite definir o resultado da actividade de constituição do eu. A identidade é uma síntese do eu submetido a diferentes representações, sentimentos e estratégias, organizado para a defesa conservadora do seu objecto (ser ele próprio), para o seu controlo e a sua mobilidade. A identidade é aquilo através do qual cada um se define e se conhece. É um sistema estruturado, diferenciado, simultaneamente ancorado num tempo passado e presente. Coordena identidades múltiplas, associadas à pessoa individual ou ao colectivo.

necessidade que se tem de viver em harmonia biológica com o ambiente, bem protegido contra as tempestades e em situação de conforto relativamente à postura do corpo.

Ao nível da arquitectura, a ambiência tem duas dimensões, uma subjectiva, que se encontra na relação afectiva das pessoas com os objectos funcionais e outra objectiva, de carácter fisiológico, que existe nos estados de conforto que as pessoas experimentam no ambiente construído, na sua relação com os objectos.

A dimensão subjectiva está relacionada com o sistema de significados dos objectos e depende dos modelos culturais predominantes num grupo. A subjectividade da ambiência é um fenómeno que se revela através dos usos, dos costumes e da moda e actua na estruturação do sistema dos objectos funcionais, conferindo um determinado carácter à distribuição espacial desses objectos. Segundo MALARD (2007), a ambiência revela-se no quotidiano, em qualquer interacção utente/espaco, independentemente de factores sociais ou económicos. Neste sentido, após a análise do objecto de estudo, esta afirmação não me parece totalmente correcta, pois aquilo que na prática se observa é que os factores sociais e económicos tem igualmente um peso importante na forma como as pessoas vivem os espaços e deles se apropriam. Pode-se dizer então que a ambiência é revelada no processo de apropriação do espaço.

A dimensão objectiva da ambiência diz respeito às sensações corpóreas que são experimentadas na interacção usuário/espaco/objectos. A objectividade da ambiência é também absorvida de subjectividade, uma vez que não se pode separar o objecto/símbolo do objecto/signo quando se trata de analisá-lo no contexto do uso (MALARD, 2007).

Assim, a qualidade do ambiente urbano construído, à parte de conter na sua projecção uma ambiência própria, é reconstruída pelas vivências que nele se reproduzem. Na/pela forma do espaço construído, o ser humano pode-se identificar e apropriar-se do mesmo, de acordo com a sua envolvente territorial.

1.2.2.1. Desenho do Espaço – Configuração e Tipologia

“Não há cidadania sem democracia, não pode haver cidadania sem espaços públicos, e o espaço público não pode existir sem uma dimensão física”.

BRANDÃO ALVES (2003:316)

O espaço público concretiza-se através de uma forma, configurado por um desenho que o define e caracteriza, tornando num espaço único e com uma identidade própria. A forma espacial tem uma dimensão organizacional e de poder, que se materializa através de um modelo conceptual e estrutural, desenvolvido de acordo com a intencionalidade de intervenção.

Ao nível da arquitectura, a forma é a aparência sensível das coisas e a forma artística é a que surge das mãos do criador. No processo de criação, a forma une-se à matéria sem a qual a primeira não existia. As formas arquitectónicas constituem como as pictóricas e escultoras, uma linguagem própria que pode transmitir mensagens. Em termos da arquitectura,

os elementos formais básicos da sua linguagem são a coluna, o pilar, o arco, a abobada, os capitéis, e os marcos. Todos estes elementos formam parte de sistemas construtivos específicos, que necessariamente traduzem uma linguagem concreta. Ao modo como cada uma destas linguagens se articulam e se aplicam, pode-se chamar de estilo¹².

As formas físicas determinadas pela arquitectura, assim como por todas as artes plásticas reproduzem-se em diferentes materiais. São formas puras, não figurativas, que detêm um determinado efeito psicológico, pelas suas qualidades expressivas.

[...] la línea horizontal comunica estabilidad, la vertical es símbolo de infinitud, de ascensión; una voluta ascendente es alegre, mientras que si por el contrario es descendente comunica tristeza; la línea recta significa decisión, fuerza, estabilidad, mientras que la curva indica dinamismo, flexibilidad; la forma cúbica representa la integridad, el círculo comunica equilibrio y dominio, mientras que la esfera y la semiesfera (cúpulas) representan la perfección. La elipse, por su parte, al contar con dos centros comunica inquietud, inestabilidad.¹³

A forma é o princípio de construção do espaço, ela constrói o lugar e a sociedade. Segundo Arnheim (1978:24), que defende o formalismo “[...]la forma puede ser desdeñada, pero no es posible prescindir de ella”. Segundo os funcionalistas, a forma é determinada pela sua função, adequando-se perfeitamente a ela, *Form follows function*, a forma segue a função. Neste sentido devemos situar teorias como a da *Visibilidade pura* de Wölfflin, para quem as formas e sua evolução são protagonistas da arte, e outras baseadas preferencialmente na composição. A composição parte da teoria da proporção, que se prende necessariamente com as leis da matemática, para que se crie um todo harmónico em concordância com o ser humano e o espaço de inserção, proporcionando regras e princípios específicos para a perfeita e proporcionada combinação das partes.

Este método foi também aplicado correntemente à pintura e à escultura, sendo menos habitual nas mãos da crítica arquitectónica. As uniões de conceitos mencionados são: linear-pictórico, superficial-profundo, forma fechada-forma aberta, pluralidade-unidade, claridade absoluta-claridade relativa. Existem outras teorias que estabelecem uma certa simpatia simbólica entre as formas e o seu significado (horizontal como expressão de racionalidade; vertical, com conotações de infinitude; linha recta que expressa decisão, rigidez, enquanto que a curva sugere flexibilidade e a helicoidal é símbolo de ascensão, de libertação da matéria térrea), e outras que afirmam que só na percepção estética e no prazer experimentado através dela pode basear-se a compreensão da construção do espaço. A abordagem do arquitecto Brandão Alves (2003) expressa bem o significado da forma no contexto do espaço público, pois a sua existência tem uma configuração que o caracteriza e individualiza, transformando-o num lugar único. Se considerarmos a inserção de Enric Pol (1996) na apropriação dos espaços é congruente afirmarmos a importância que o desenho tem na concepção do espaço, pois o desenho é determinante na sua apropriação.

¹²http://www.almendron.com/arte/arquitectura/claves_arquitectura/ca_03/ca_031/arquitectura_031.htm

¹³http://www.almendron.com/arte/arquitectura/claves_arquitectura/ca_03/ca_031/arquitectura_031.htm

O estudo da morfologia urbana¹⁴ tem dedicado a sua abordagem ao estudo da forma das cidades, pela importância que tem o seu percurso histórico no processo de fazer cidade, que é necessariamente o processo de fazer o espaço público. “A morfologia urbana é a disciplina que estuda o objecto -a forma urbana – nas suas características exteriores, físicas, e a sua evolução no tempo” (LAMAS, 1992: 24). Contudo, a forma do espaço também se individualiza através da sua tipologia, que direcciona a sua vivência. Essas tipologias, concretizam-se em espaços de circulação (como a rua ou a praça), espaços de lazer e recreação (como uma praça ou parque urbano), de contemplação (como um jardim público) ou de preservação ou conservação (como um grande parque ou mesmo uma reserva ecológica).

A forma é transposta ao espaço através do desenho, que segundo as suas linhas, define a tipologia de espaço. Assim, a importância do desenho urbano, objectiva a máxima generalização e estabilidade formal no desenho dos elementos urbanos. Procurar a estabilidade formal e a generalização não são condições suficientes para garantir a qualidade de um desenho, esta comporta uma certa renúncia a actitudes experimentais ou de moda. É importante definir critérios que descrevam as relações entre os elementos que formam o discurso urbano e as regras que determinam estas relações. Acostumados à superposição, a qualidade individualizada dos desenhos não garantem o equilíbrio do espaço urbano. Neste sentido é importante a coordenação dos diferentes serviços públicos e administração municipal que intervêm no espaço urbano. Muitas vezes os projectos não conseguem dar resposta às necessidades urbanas, porque os projectistas encaram o desenho do espaço público de forma fechada, como um produto acabado, que não vive o tempo da cidade nem o tempo de interpretação dos seus usuários.

Considerando a tipologia de praça, como uma unidade morfológica cujas características e importância no seio da cidade melhor ilustram a sua génese conceptual, constatamos a importância do desenho da mesma na cidade. Uma praça já não é somente o finalizar de uma rua delimitada por edifícios, se não um conceito que admite mais espaços ambíguos, sem contornos imediatos, pois o que a caracteriza como praça já não é somente a sua forma ou função, se não o seu objectivo de constituir-se num lugar. Um lugar tem que ter uma estrutura que se define através do desenho e do modo como as pessoas se apropriam dele.

A praça reúne a ênfase do desenho urbano como espaço colectivo de significação importante. Este é um dos seus atributos principais e que a distingue dos outros vazios da estrutura das cidades (LAMAS, 1992). O desenho do projecto tem assegurado as grandes composições urbanas ao nível do espaço público, o que tem determinado imagens e identidades.

Houve uma evolução morfológica e funcional no desenho das praças tradicionais, até aos dias de hoje. Actualmente estas são concebidas com um uso muito específico, cuja função

¹⁴Sobre o tema ver: CAPEL, Horácio (2002). La morfología de las ciudades. I. Sociedad, cultura y paisaje urbano. Barcelona: Ediciones del Serbal; CAPEL, Horácio (2005b). La morfología de las ciudades. II. Aedes facere: técnica, cultura y clase social en la construcción de edificios. Barcelona: Ediciones del Serbal e LAMAS, J.P.G. (1992) *Morfología urbana e desenho da cidade*, Lisboa, Fundacao Calouste Gulbenkian.

do desenho tem sido a de criar um espaço de reunião agradável e conseguir caracterizar zonas descuidadas ou degradadas das cidades. Por isso, os principais problemas das componentes que constituem os espaços públicos e definem a sua tipologia prendem-se com a sua distribuição, disposição e configuração, e tem sido isto que tem gerado um empobrecimento do espaço público agravado pelo surgimento de novos espaços públicos privados. A praça como espaço de discussão da vida pública, enfraqueceu, pois o aceleração dos processos de produção e reprodução do espaço, promovidos pela globalização, tendem a um fim da esfera pública, devido ao enfraquecimento do Estado – nação e da conjuntura entre o sector público e privado. As praças são lugares muito importantes para a cidade, a cidadania, mesmo, e sobretudo perante a globalização (SANTOS, 2000). A praça é um espaço voltado essencialmente ao encontro no âmbito da esfera da vida pública, não é apenas forma ou paisagem, é um cenário e palco para as acções da vida pública.

A envolvente dos espaços públicos, a distribuição funcional das superfícies e o tratamento do solo, a vegetação, o mobiliário urbano, os serviços e instalações, os elementos de informação, a iluminação, os elementos arquitectónicos isolados e as passagens e passadiços são os problemas específicos apontados por Brandão Alves (2003).

A reversão destes problemas, prende-se com uma nova linguagem geométrica que assenta em factores de ordem social, pois o conceito de intervenção deve surgir da história que envolve o espaço, uma vez que este é o elemento ordenador no desenho urbano e o reforço da ligação do homem ao lugar.

a) A concepção do projecto. Apropriação ou criação?

Numa base territorial de inserção, todo o espaço tem um limite físico, qualquer que seja a sua abordagem, e que padeça de intervenção. Todo o espaço na concepção arquitectónica é construído, diferenciado na sua utilização. A forma de apropriação converge em determinados pressupostos fundamentados num programa de operação.

Necessariamente toda a intervenção tem como objectivo principal ser apropriada pelo Homem. Desta forma, cada vez mais, o projecto de arquitectura converge (ou deveria) nos anseios e aspirações da população a usufruir, mantendo este, características fundamentais à sua máxima rentabilização em termos de apropriação. Assim, estes devem possuir características próprias e identitárias que mantenha relações de proximidade e até mesmo de afecto como os mesmos.

É neste sentido que cada vez mais o processo de concepção projectual mantém uma dualidade entre a atitude dedutiva (característica do método científico) e indutiva (apanágio das artes), para que no direccionamento da proposta final se consiga responder ao “todo” correspondente de um projecto afirmativo (valores estéticos, formais) e salvaguardado de plenas funções.

Assim, o processo de percepção do espaço (paralelamente com a análise) assume um significado preponderante no desenho constituinte do espaço, pois é atrás do mesmo que se

concebe o espaço, relativamente ao homem e sua envolvente. Como refere Magalhães (2001:284):

“Durante o processo de percepção, complementado pela análise, as imagens vão surgindo, primeiro imprecisas, parcelares, transformando-se em imagens mais globais e sintéticas, por um processo de aproximação sucessiva. Desde o início do processo, mesmo na fase em que se colhem as primeiras impressões do sítio, é indispensável fazer fluir o pensamento para a representação, soltando a imaginação e recorrendo a todo o conhecimento e repertório de referências”.

Nada surge por acaso, e é através de um conjunto de referências espaciais, territoriais e humanas que se traduz através de símbolos uma linguagem própria e unívoca, repleta de significados, assente numa estrutura planeada e organizada. O desenvolvimento desde a fase de compreensão e percepção do espaço até à sua concepção, não é um caminho linear, do geral para o particular. Este efectua-se através de avanços e recuos, com saltos entre a concepção a diversas escalas e através da formalização de sínteses intermédias que devem, desde logo, ser visualizadas e representadas (MAGALHÃES, 2001). Temos entre nós um exemplo interessante onde os diferentes pressupostos acima citados se encaixam, é o caso do Jardim das Ondas no Parque Expo – Lisboa, ou o Jardim da Cordoaria no Porto. A concepção destes espaços assenta numa estrutura conceptual muito interessante, onde se cruzam muitos significados.



Figura 1.3 – Jardim das Ondas. Parque das Nações. Lisboa. Projecto de autoria do arquitecto paisagista João Gomes da Silva e da pintora Fernanda Fragateiro. O terreno modela rigorosas curvas de nível, simulando o ritmo do oceano e o fazer e desfazer das ondas. Os autores do projecto inspiraram-se no movimento das águas.

Fonte: <http://www.parquedasnacoes.pt/pt/lazer/espacosabertos.asp>



Figura 1.4 – Jardim da Cordoaria. Porto. Projecto de remodelação de autoria do arquitecto paisagista João Nunes. Foi o primeiro jardim público que se construiu na cidade do Porto (1865-projecto inicial de autoria do paisagista alemão Emílio David). Assim, a sua intervenção teve que ter em conta as características históricas, sociais e culturais do lugar. Uma intervenção mais cuidada e limitada do ponto de vista projectual.

Fonte: <http://www.dias-com-arvores.blog.spot.com/2005/02/vista-para-o-jardim-da-cordoaria.htm>.

Estes pressupostos tem necessariamente que ser assumidos, pois a desvalorização do valor simbólico do espaço público, a consequente degradação de sua imagem e as disfunções que apresenta, expressam a condição crítica do espaço público nas nossas cidades, crescentemente reguladas por lógicas económicas, leis de mercado e parâmetros relativos somente à produção e ao consumo. Prosperam as formas desagregadas, prevalecem os interesses e os olhares sectoriais (para uns é um espaço técnico, viário e de infra-estruturas, para outros é o âmbito do perigo e a negação da alteridade, espaço da oportunidade e do abuso, da transgressão e a anomia, etc.). Assim, a hipótese de que o espaço público é factor de continuidade cognitiva, perceptiva e valorativa da cidade perdeu entidade numa aproximação empírica e fenomenológica da cidade, ainda que sobreviva na formalidade do sistema legal. Contudo, as cidades necessitam promover a sua identidade e as suas qualidades para se afirmarem e diferenciarem numa rede urbana cada vez mais competitiva. O bom desenho do espaço público, além de assegurar em muitos casos um adequado contributo para a valorização do património arquitectónico e urbanístico, torna-se cada vez mais uma parte própria da cultura urbana, da cidadania. Segundo Carvalho (2002:)

“Por bom desenho do espaço público entendemos o desenho que serve o seu objectivo, é sustentável, eficiente, coerente flexível, corresponde às expectativas e necessidades dos utilizadores e fornece espaços aptos a serem apropriados, estimados e usufruídos pelas suas comunidades”.

Segundo estes princípios, os espaços públicos de qualidade podem ajudar as cidades a criar e manter locais de forte centralidade, qualidade ambiental, competitividade económica e sentido de cidadania (CARVALHO, 2002).

A dificuldade que se apresenta radica na dissociação entre as formas físicas, os usos sociais e os significados culturais do espaço público urbano. Tal dissociação leva às aludidas

territorialidades instáveis do espaço público e a processos incertos e indeterminados na cidade. O problema da dissociação explica-se inicialmente por um jogo de derivas, de deslocamentos e descentralizações que estaria ocorrendo sempre que a relação estrutural entre formas, usos e significados se altera em um algum grau e modo.

É importante no processo de criação ter presentes três elementos fundamentais: o Homem, a Forma e a Função. Não necessariamente por esta ordem, até porque os mesmos são indissociáveis e implicitamente complementares, consideremos assim a *integração* como a propriedade fundamental envolvente no desenvolvimento do espaço. Tomemos como exemplo Mascarenhas (2005):

“Enquanto cidade-obra, no plano da vida quotidiana a metrópole aglutina uma ampla diversidade de usos. Na vastidão do território urbanizado, multiplicam-se as formas de produção e apropriação dos espaços. Por entre ou em redor dos usos hegemónicos, do espaço de acumulação capitalista, reproduz-se o espaço banal, *locus* da reprodução da vida quotidiana, animada por uma infinidade de pequenos agentes anónimos, seja em busca de formas de sobrevivência material, seja no uso do tempo livre. Nestes lugares da realização da vida, aqui tomados por espaço de sociabilidade, os diferentes grupos sociais trabalham, consomem, realizam formas culturais e vivenciam os limites do exercício da escassa cidadania.”

Neste contexto, é relevante referir a importância da escala na concepção projectual, e isso assume mais uma vez a percepção da espacialidade dos lugares necessariamente a outro nível de abordagem. Pois, muitas vezes, a representatividade da área de intervenção só é entendida se considerarmos o “todo” em que a mesma se insere. É aqui importa muito a escala humana, uma vez que é importante a re(criação) do espaço para o indivíduo existente no mesmo e não para aquele que se julga ter. Assim, toda a reflexão que se tem vindo a fazer ao longo do trabalho, tem necessariamente como objectivo esclarecer a necessidade da percepção da relação entre o homem e o espaço da cidade, fomentando uma base consistente na criação do lugar como espaço de múltiplas funções e organizações. Na definição mais corrente de funcionalidade, na da perfeita adequação da forma à função, a forma fica reduzida ao meio para obter a função, não como um objectivo em si mesmo, mas como um mero agente. A forma é inseparável da função e segundo os funcionalistas, a experiência estética de um projecto identifica-se pela experiência da função. A utilidade é uma das propriedades fundamentais de um edifício, e este não pode ser compreendido, se não se considerarem os seus aspectos funcionais. Assim, como se pode intervir num espaço se não compreendermos a sua verdadeira essência, complementado os princípios do funcionalismo e formalismo? Neste caso poderemos cair em ostentações desniveladas, totalmente desenquadradas da realidade das comunidades e do próprio espaço territorial.

Segundo o arquitecto Júlio Arroyo (2007) o projecto como instrumento de aplicação do conhecimento disciplinar da arquitectura e do urbanismo supõe certeza epistemologia e metodologia. Ou seja, o projecto urbano propõe a forma, de acordo com as expectativas e sistemas simbólicos traduzidos através da análise preliminar, que se inscreve num programa e espaço concretos e sob condições específicas de concepção. O projecto é a resposta a questionamentos superiores, cruzando valores estéticos com éticos e assumindo um sentido de progresso.

Esses questionamentos, tanto quanto as condições de indeterminação e eventualidade dos processos urbanos estampados pelas economias de fluxo, a *terciarização*, a informatização, a *massmediatização* da vida urbana, modificam os presumíveis positivistas do projecto (ARROYO, 2007). Desta forma, a concepção projectual surge como uma prática de ocorrência, um tipo de operação imprevista, em que os elementos disponíveis estabelecem relações instantâneas de sentido mais do que estruturas representativas de ordens e valores estabelecidos. A concepção projectual ocorre quando as formas, actividades e significados estão simultaneamente presentes e produzem um sentido para a ocorrência e uma expressão para o acontecimento.

Contudo, segundo Arroyo (2005) a concepção projectual de, para e no espaço público retrai-se frente a este jogo. O que projecta, formado numa matriz convencional, necessita de dados certos (um programa funcional, um lugar, certos recursos), e contextos produtivos (normas, consensos, tradições) determinados e estáveis para desenvolver o projecto, consequências do qual proporá uma particular configuração (estruturação) de formas, actividades e significados. Nas situações de distopia e desterritorialização, o projectista fica como que bloqueado pela incerteza e pela indeterminação das situações que deve enfrentar, pela pluridimensionalidade e conflitualidade das situações projectuais que o convocam. Como intervir com sentido público num bairro fechado, cuja vizinhança se auto-segrega e se defende atrás de cercas agressivamente guardadas? Como intervir na cidade marginalizada, auto-organizada sobre a base de uma legalidade paralela à da cidade integrada e oficial? Como intervir nas áreas centrais tradicionais onde se degrada o património arquitectónico e urbano, se acelera a especulação imobiliária e aumentam as disfunções de serviços e infra-estruturas? Como intervir nas áreas vazias, espaços abandonados com vestígios de seus passados industriais, ferroviários ou portuários, cuja reinserção urbana só se pensa em termos de unidades de negócios no marco da primazia neoliberal? O facto é que o espaço público apresenta desafios tanto de ordem ontológica na sua centralidade simbólica como na fenomenologia que o expõe.

Na concepção projectual é importante aludir a outras disciplinas, sobretudo àquelas que se debruçam sobre o campo do projecto, travando novos conhecimentos e correspondências entre o conceito e o projecto. O conceito deve abarcar a experiência do ser humano e o seu espaço de inserção, a vigência política e a valorização conceptual. Só assim se pode recuperar a boa vida pública das cidades, que não depende só da organização formal do espaço, das actividades e dos significados do espaço público, mas também das aspirações humanas, reconhecendo o limite e a instabilidade dos lugares que se re-desenham a cada instante. Assim, é importante ter em consideração o acto de projectar e a sua inserção do contexto sócio-político do espaço de análise, pois a cidade constrói-se e controla-se a partir dos projectos e das obras, o que necessariamente vincula estratégias bem definidas de intervenção. E são esses limites que definem o alcance de intervenção na qual o poder público assenta suas linhas de conduta, assim como o tempo de vida dos espaços.

Consideremos o caso de Barcelona, em que foi definido um projecto de operação global, aplicado a áreas específicas e isoladas, cuja intervenção tinha presente os limites dos espaços, que ditou o nível de intercessão, ou seja, a (re)produção do espaço. Pensemos na hipótese de Oriol Bohigas (1986:15):

”Si únicamente se puede planear lo que se puede proyectar, solo se puede proyectar lo que se puede realizar y solo se puede realizar lo que admite la exigua económica del municipio. Que hay que hacer con el resto de la ciudad? Y que hay que hacer para tener una idea global que permita dar una mínima coherencia y un orden de prioridad a los proyectos puntuales?”

O que se passa é que não existe uma análise total da realidade urbana e isso gera desfasamentos na construção dos lugares, o que conjuntamente com o interesse de produção do poder municipal gera desfasamentos no contínuo urbano. Não se tende aqui denegar a criatividade ou a inovação, mas sim uma leitura espacial que permita identificar a cidade através dos espaços abertos que se determinam através do projecto. Segundo Bohigas (1986:15): “el proyecto está pensado para ser promovido y realizado a corto plazo y no para normalizar propuestas de un futuro menos controlado. Y la ciudad, hoy, se reconstruye y consolida con proyectos”.

Desta forma, é muito importante saber conjugar os diferentes propósitos da intervenção, considerando a importância da leitura espacial e da representação do objecto.

1.2.3. Constituição do Lugar

O lugar consome-se através da palavra, da troca alusiva de certas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores.

(AUGÉ, 2005:67)

A expressão lugar deriva do latim *locus*. Ao nível da geografia, o conceito de lugar tem sido alvo de vários estudos, que segundo Adriana Leite (1998), se constitui num dos seus conceitos-chave. De acordo com esta autora é possível identificar duas acepções principais no conceito: o da Geografia Humanística e o da Dialéctica Marxista. Embora estas correntes possuam fundamentações filosóficas diferenciadas, têm em comum o facto de terem surgido como reacções ao positivismo então vigente, o qual permite a descrição da natureza a partir da dissociação Homem-Meio.

A corrente humanista define o lugar como sendo principalmente um produto da experiência humana, que significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere somente a objectos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança (Relph, 1979). Ou ainda, como sendo um centro de significados construído pela experiência (Tuan, 1975) e pelas relações de afectividade que podemos desenvolver ao longo de nossa vida com o mesmo. Os lugares estão cheios de sensações emotivas, principalmente porque nos sentimos seguros e protegidos (Mello, 1990). Segundo Buttimer (1985b: 228), o “lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”.

O facto é que as relações de afectividade que desenvolvemos com o lugar prendem-se com interesses ou intenções pré-determinadas. Os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação entre aquelas intenções e os atributos objectivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as actividades ali desenvolvidas (RELPH, 1979).

O lugar é criado pelos seres humanos para os propósitos humanos (TUAN, 1975). O autor afirma ainda que há uma estreita relação entre experiência e tempo, na medida em que o sentido de lugar raramente é adquirido pelo simples acto de passarmos por ele. No caso, seria muito importante um período de tempo de ligação com o lugar, que se prende necessariamente com a apropriação do mesmo, tem que haver um envolvimento. No entanto, seria possível a um indivíduo apaixonar-se à primeira vista por um lugar da mesma forma que o faz por uma pessoa (Tuan, 1983). Em contraste, uma pessoa pode ter vivido durante toda a sua vida em determinado lugar e a sua relação com ele ser completamente irreal, sem nenhum enraizamento. Podemos considerar que o lugar está conseqüentemente ligado à variável tempo e processo. Contrariamente, esta afirmação vai um pouco contra o que refere Tuan (1975), segundo o qual se leva tempo a conhecer um lugar, a própria passagem do tempo não garante um sentido de lugar. Se a experiência leva tempo, a própria passagem do tempo não garante a experiência.

Há porém uma crítica no que diz respeito à consideração das variáveis tempo e processo dentro da perspectiva humanista. De acordo com Cosgrove (1978), estas estão praticamente ausentes nesta abordagem, principalmente nas obras de Relph e Tuan. Para ele, tal dificuldade seria uma resultante directa de uma incompetência implícita no próprio método analítico empregue pela Geografia Humanista na explicação dos fenómenos do lugar e da paisagem. Cosgrove (1978) afirma que se, por um lado, o método fenomenológico fornece consideráveis contribuições no que diz respeito aos significados que os lugares e as paisagens têm para nós, particularmente como indivíduos, por outro, ao aplicar-se a uma experiência colectiva, suas suposições são demasiado idealistas e até ingénuas. Ao abstrair “mentes”, “almas”, “espíritos”, “ideias” e “intenções” de modo a representá-los como entidades independentes, cai-se sobre as interpretações filosóficas tradicionais utilizadas pelo positivismo, de carácter determinista. Embora se admita uma relação dialéctica entre a mente e o mundo, a ênfase do método acaba privilegiando as abstracções da mente.

A experiência do lugar manifesta-se também a diferentes escalas, pois depende dos diferentes espaços que vivenciamos, que podem ir do quarto da habitação, à igreja ou a um jardim.

Os lugares normalmente não são dotados de limites reconhecíveis no mundo concreto, porque são uma construção aparente e ao mesmo tempo tão incorporada às práticas do quotidiano, que as pessoas que os vivem não o percebem como tal. Este juízo de valor só se manifesta na consciência quando há uma ameaça ao lugar. Assim, ao contrário das regiões delimitadas para fins de planeamento, plenamente reconhecíveis em mapas e cartas topográficas, através de símbolos e toponímias, a maioria dos lugares não são nomeados, ou melhor apenas o são através da forma e da relação que mantêm com o mesmo. Assim,

segundo Tuan (1975) dar nome a um lugar é reconhecê-lo, isto é, identificar conscientemente ao nível da verbalização, facto este que não ocorre na realidade. Apesar da intensidade das experiências vividas a nível do país, da cidade, do bairro, ou da rua, se fossem representados cartograficamente, tais lugares seriam menores que sementes, mas ainda assim germinariam afeição. No entanto, tais relações de identidade não limitadas fisicamente através do desenho, nem sempre são respeitadas ao nível dos interesses políticos. Buttimer (1985a:230) cita o caso de Glasgow, um dos bairros de Londres submetido aos programas de reforma urbana do Reino Unido após a 2ª Guerra Mundial. As escavadoras respeitaram apenas os limites invisíveis ou lugares sagrados. Hoje, vários anos depois, tabernas e igrejas permanecem como mesas numa paisagem destruída, como ilhas dos seus clientes, cujas casas antigamente as rodeavam.

No entender de Buttimer (1985a:231), tais procedimentos resultariam de uma dificuldade do observador (planeador) em identificar as relações históricas que persistem nas formas. Para esta autora, a linguagem utilizada para descrever as perspectivas dos residentes sobre o lugar é ainda, de modo geral, a de um mundo Newtoniano – gente, actividades e coisas contidas no lugar – enquanto que a linguagem usada para planificar os horizontes económicos e tecnológicos do lugar está profundamente influenciada pelas concepções Einsteinianas do espaço topológico, do tempo e do processo. Considerando os diferentes graus de compreensão da realidade apresentados pelos indivíduos, Relph (1976) desenvolveu duas classes de percepção dialéctica Homem – Meio: *insider* (óptica do habitante do lugar) e *outsider* (óptica de um habitante externo ao lugar). Em cada uma dessas classes haverá níveis intermediários de percepção, variando entre o mais enraizado e o mais desenraizado.

Uma outra caracterização das relações Homem-Meio foi realizada por Mello (1990), baseada principalmente nas obras de Tuan (1983) e de Relph (1976). Ele identifica três categorias principais; o lugar conforme já discutido, é recortado afectivamente, e emerge da experiência sendo assim um “mundo ordenado e com significado” (Tuan, 1983: 65). “O lugar é fechado, íntimo e humanizado” (Tuan, 1983: 61); já o espaço seria qualquer porção da superfície terrestre, ampla, desconhecida, temida ou rejeitada e provocaria a sensação de medo, sendo totalmente desprovido de valores e de qualquer ligação afectiva. O último conceito seria o de “*deslugar*” (*placelessness*), um neologismo criado por Relph para designar as formas estandardizadas, repetidas e com uniformidade de sequência, como os conjuntos habitacionais e algumas “roulotes” distribuídas ao longo das estradas. Este conceito tem sido alvo de muitas discussões no âmbito da Geografia Humana, pois questiona-se se as pessoas que o experienciam realmente o consideram monótono e artificial. Neste sentido, Relph também introduz uma discussão a respeito de atitudes autênticas e inautênticas em relação ao lugar. As atitudes autênticas seriam aquelas em que o indivíduo teria plena consciência do teor ideológico embutido naquelas formas. Por outro lado, uma atitude inautêntica caracterizaria uma visão alienada do lugar e a relação Homem-mundo vivido não seria plena. Exemplos dessa experiência seriam as relações mantidas entre os indivíduos e as formas universalizadas dos centros comerciais e dos McDonald’s (conhecidas no mundo inteiro).

Eyles (1989:109), no entanto, faz uma crítica a essa percepção sugerindo que “as tendências homogeneizantes do mundo moderno resultam para a grande maioria das pessoas, numa atitude “inautêntica” em relação ao lugar e num estado de “deslugar”. Para ele, há um profundo descrédito no que se refere à capacidade que as pessoas têm em criar identidade com os lugares, apesar de serem subúrbios (ou formas homogeneizadas). Ao mesmo tempo, nem sempre o motivo que leva alguém a residir em tais lugares depende da sua vontade. As condições materiais são na maioria das vezes determinantes. O conceito de *deslugar* encontra algumas similitudes com o conceito de não-lugar de Marc Augé (2005), pois se para este autor um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como residencial, nem como histórico, definirá um não-lugar. São espaços sem identidade, sem relação, que criam solidão e semelhança pelas formas homogeneizadas.

Mello (1990) refere-se ainda à existência de lugares *míticos* e *concebidos*. Os primeiros seriam aqueles lugares que apesar de nunca terem sido experienciados concretamente assumem para nós a imagem do paraíso, alimentando os nossos mais profundos desejos em manter com ele um contacto directo. Já os lugares concebidos, apesar de também não serem experienciados fisicamente, seriam locais mais próximos, com os quais entraríamos em contacto através da imprensa, ou por relatos de indivíduos que já vivenciaram esses lugares.

1.2.3.1. Lugar e Forma

A outra acepção de lugar diz respeito à sua compreensão enquanto expressão geográfica da singularidade, descentrada, universalista, objectiva, associada ao Marxismo. Trata-se de uma visão em que o lugar é considerado tanto como produto de uma dinâmica que é única, resultante de características históricas e culturais intrínsecas ao seu processo de formação, como uma expressão da globalidade. Neste sentido, o lugar apresenta-se como “o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local, enquanto especificidade concreta e momento” (Carlos, 1996:16). A origem desta percepção encontra-se intimamente relacionada com o processo de expansão do modo capitalista de produção que através de uma ampla rede de fluxos (de transportes, informação e mercadorias), conseguiu incorporar progressivamente todos os pontos da superfície do planeta, inclusive os mais remotos. A “descoberta” de “novos” territórios a partir das grandes navegações propiciou a ampliação dos conhecimentos em relação ao globo, indicando simultaneamente que este era finito e potencialmente apreensível. De acordo com Harvey (1992:221):

“a acumulação de riqueza, de poder e de capital passou a ter um vínculo com o conhecimento personalizado do espaço e o domínio individual do mesmo. Do mesmo modo, todos os lugares ficaram vulneráveis à influência directa do mundo mais amplo graças ao comércio, à competição intra-territorial, à acção militar, ao influxo de novas mercadorias, ao ouro e à prata etc.”.

Este foi um reflexo directo do aprimoramento das técnicas (aumento da produção num tempo menor) e das redes de transporte e comunicação. Como este processo se completou

apenas neste século, com níveis de universalidade e desenvolvimento nunca antes imaginados, somente agora se tornou possível teorizar a respeito de categorias igualmente universais e de aplicação geral, como é (dentro desta percepção) o conceito de lugar (Santos, 1996). Na medida em que as contradições internas se constituem na principal razão de existência do capitalismo, o lugar, segundo este ponto de vista, seria também um reflexo desta ambiguidade, e logo das dualidades *centro/periferia*, *geral/particular*, *globalização (homogeneização) /fragmentação*. Segundo Harvey (1992:231):

“A necessidade de um novo modelo de gestão do território que fosse eficiente em propiciar o bem-estar social e este, por sua vez, dentro dos princípios da igualdade, encontrou na homogeneização do espaço o único meio de exercer sobre ele o controle, e logo de alcançar tais objectivos”.

Houve neste momento um grande desenvolvimento da cartografia matemática que, contrariamente às práticas comuns à Idade Média, passou a projectar nos mapas um espaço abstracto, homogéneo e universal nas suas qualidades, propiciando assim um quadro de pensamento e de acção estável e apreensível (Harvey, 1992).

Esta nova forma de entender a realidade motivou diversos técnicos, assim como administradores e proprietários de terras. Sentiu-se a necessidade de consolidar o uso do espaço (homogéneo, abstracto e universal). Para tal deu-se a organização da propriedade privada e a compra e venda do espaço como mercadoria, instituindo-se a fragmentação do espaço.

De facto, como afirma Lefebvre (1973), uma das formas de se alcançar a homogeneização do espaço é justamente através de sua fragmentação em parcelas livremente alienáveis de propriedade privada, que podem ser compradas e comercializadas à vontade no mercado. Na realidade, o que houve de facto foi o deslocamento de uma função que antes se restringia aos mecanismos estatais e logo, aos limites do Estado-Nação. A partir de então, o uso da terra passa a ser gerido pelo mercado, o qual conforme já discutido, tornou-se ao longo dos anos, cada vez mais global. Assim é que o processo de homogeneização (globalização) pressupunha simultaneamente o da fragmentação.

Com o passar do tempo, essa estrutura complexificou-se. O mercado internacional passou a ser o agente das economias nacionais. Havendo, simultaneamente, um aumento progressivo da especialização das funções exercidas por cada área, os países que deram origem ao capitalismo tornaram-se as grandes potências mundiais, passando a determinar através de suas empresas (grandes corporações), a divisão internacional do trabalho.

Ao mesmo tempo em que há uma estrutura global, onde cada um possui uma função determinada, características locais também passam a ser incorporadas e reestruturadas em função de um contexto homogeneizante – o mercado internacional.

O lugar surge como uma expressão do processo de homogeneização do espaço imposta pela globalização, enquanto expressão da singularidade, na medida em que cada lugar exerce uma função imposta pela divisão internacional do trabalho. Nas palavras de Carlos (1996:17):

“a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis, no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso se eliminar as particularidades, pois

cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, os modos de apropriação expressando sua função social, seus projectos e desejos”.

O lugar surge como produto de uma ambiguidade que se estende a todas as relações sociais que envolvem o homem e o meio – é o singular (o fragmento) e é também o global (universal) que o determinam. Para Milton Santos (1996:34) “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, *únicos*”. Esta seria uma resultante directa da especialização desenfreada dos elementos do espaço – homens, firmas, instituições, ambiente, assim como da: “dissociação sempre crescente dos processos necessários a uma maior acumulação de capital, da multiplicação das acções que fazem do espaço um campo de forças multidireccionais e multicomplexas (...)”(SANTOS, 1996:34). Carlos (1996:20) acrescenta ainda uma dimensão histórica na concepção do lugar. Esta diz respeito à prática quotidiana, ou seja, às concepções que surgem do plano do vivido, e neste sentido é bastante similar à visão humanista. Para esta autora, pensar o lugar:

“significa pensar a história particular (de cada lugar), se desenvolvendo, ou melhor, se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é, que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial”.

Apesar das peculiaridades inerentes a cada lugar, estes encontram-se profundamente interligados, pois ao mesmo tempo em que a singularidade garante configurações únicas, os lugares estão em interacção, graças à actuação das forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal (o capitalismo) (SANTOS, 1996). De facto, esta é uma realidade do mundo moderno, onde uma intensa rede de fluxos (de mercadorias, informações, etc.) marca a conexão entre lugares. “Tais redes caracterizam-se por apresentar uma estrutura extremamente complexa, organizada de acordo com a especialidade de funções e segundo uma hierarquia de actividades” (Corrêa, 1997:108). Esta complexidade está também na essência das relações centro-periferia, na medida em que é um dos mecanismos pelos quais tais relações são perpetuadas e as diferenças aprofundadas. As cidades globais¹⁵ (sedes das grandes corporações), na qualidade de epicentros de numerosas redes, têm promovido a organização do espaço de modo a torná-lo cada vez mais fragmentado e globalizado (Corrêa, 1997), o que pressupõe o encerramento das diferenças entre dominadores e dominados. Saskia Sassen (1991) oferece uma argumentação interessante para a importância do lugar no contexto da globalização. Para esta autora, o lugar é essencial para a circulação de pessoas e capital que constitui a globalização, e a atenção aos lugares urbanos num mundo globalizante leva consigo o reconhecimento de que a importância da economia nacional vai diminuindo com rapidez, uma vez que, por outro lado, se insiste que a globalização tem lugar através de conjuntos sociais e económicos específicos, enraizados em lugares específicos.

O lugar pode ser definido a partir desses entrelaçamentos impostos pela divisão espacial do trabalho posto que é articulado e determinado pela totalidade espacial (CARLOS, 1996). A intensa especialização das funções, aliada ao aprimoramento tecnológico, tem causado sérios impactos ao nível do lugar, principalmente no que diz respeito à libertação de

¹⁵ SASSEN, Saskia (1991). *The Global City*: New York. London, Tokyo. N.J.:Princeton University Press.

enormes contingentes de mão-de-obra. Um espaço público tem que ter o seu próprio sentido de lugar. A sua forma tem que ser efectivada através da sua morfologia espacial. Assim, o espaço adquire um determinado valor.

A nível local, cada lugar vai reagir de uma maneira própria, a partir de condições pré-existentes. Pode-se dizer também, neste sentido, que o lugar, com suas características locais e globais, é um reflexo da compressão espaço-tempo. Se por um lado, as redes de fluxos diminuem as distâncias, por outro, a velocidade em que se processam tais fluxos tende quase a extinguir o tempo. Para Harvey (1992:190): “o progresso implica a conquista do espaço, o derrubamento de todas as barreiras espaciais e a aniquilação última do espaço através do tempo”. Essa aniquilação é contraditória, na medida em que “o espaço só pode ser conquistado por meio da produção do espaço” (Harvey, 1992:234). Isto porque o espaço tanto é o palco onde se desenvolvem as relações sociais, como o local de assentamento dos meios de vida, transportes e comunicação. Assim, torna-se necessária não apenas

“a produção de um espaço específico, fixo e imóvel para promover a aniquilação por intermédio do tempo, como também o investimento a longo prazo, de retorno lento (fábricas automatizadas, robôs, etc.), para acelerar o tempo de giro da massa de capitais” (Harvey, 1992: 234).

Esta dinâmica ganha expressividade no espaço através dos processos de “destruição criativa”. Tais processos, aliados aos constantes efeitos das redes de fluxos e logo da compressão espaço-tempo, trazem para o lugar um efeito que o define enquanto expressão da singularidade: a sua constante reestruturação como uma resultante das constantes transformações históricas.

Assim podemos afirmar que o lugar representa muito mais que um espaço, que uma parcela delimitada, uma configuração territorial com determinada espacialidade¹⁶.

El lugar es un conjunto de objetos que tienen autonomía de existencia por las cosas que lo forman – calles, edificios, canalizaciones, industrias, empresas, restaurantes, electrificación, pavimentaciones – pero que no tienen autonomía de significados, pues cada día nuevas funciones sustituyen las antiguas, nuevas funciones que se imponen y se ejercen” (SANTOS, 1996:51).

Segundo Norberg-Schulz (1975), os espaços recebem a sua essência dos lugares e não dos espaços, a relação do homem com os lugares e através deles, com os espaços, consiste na residência. Somente quando somos capazes de residir podemos construir. A residência é a propriedade essencial da existência. Quando nos apropriamos do espaço, deteremos nele um lugar de nossa própria identidade.

Ao nível da arquitectura paisagista o lugar ganha novos significados, pois prende-se com expressões que se produzem através de objectos de elevado significado. Ao nível da ciência geográfica esta tende a ser cada vez mais “a ciência dos lugares criados ou reformados para atender determinadas funções, ainda que a forma como os homens se circunscrevem

¹⁶ “A espacialidade social, tal como tem sido definida, é simultaneamente real e imaginada. Desempenha funções enquanto forma, materialmente configurada como conjunto de coisas no espaço, e mentalmente enquanto conjunto de pensamentos sobre o espaço; mas também enquanto processo, como força dinâmica que está sempre a ser activamente produzida e reproduzida. Neste sentido, a forma e a formação da espacialidade social são algo inseparável da sociedade, algo que já noutra ocasião descrevi como constituindo um dialecto sócio-espacial, em que as relações sociais (formas e processos) delineiam e são simultaneamente delineadas por relações espaciais (também elas formas e processos) (SOJA, 2005:301-309).”

nessa configuração territorial está ligada, inseparavelmente, à história do presente” (SANTOS;1996:51)

Os lugares resultam das dinâmicas criadas pela relação biunívoca entre o homem e o seu ambiente construído, podendo ser observado através da transformação¹⁷ nas formas de consumo dos espaços, pois o ser humano actua de acordo com a sua envolvente e as suas barreiras físicas, económicas ou sociais.

A forma como o homem se apropriou do espaço e como conduziu a sua vivência, transformou o lugar determinado pelas características em espaços identitários, pois como refere Carlos (1996:67) “[...]lugares são dotados de uma realidade físico-sensível, que corresponde a um uso do espaço, logo a uma prática sócio-espacial na medida em que permite acções, ora sugerindo, ora impedindo, e na sua realização produzem diferenciações”. Esta afirmação eleva-se ao “espírito do lugar”, pois o respeito por este é assumido na construção da cidade, que transpõe para esta, elementos exteriores resultantes da sua interpretação. Magalhães (1994:102) refere-se à construção do lugar partindo das diferentes tipologias que integram uma estrutura em determinado contexto como sendo:

“ [...]a combinação destes elementos ou conjuntos, em totalidades complexas, que dá origem à imagem de um Lugar, permitindo que as pessoas se orientem no espaço e ajudando à construção do sentimento de identificação com esse Lugar, o que pressupõe a existência dum sentimento de pertença em relação ao mesmo”

Desta forma, os lugares enquanto áreas definidas da cidade, podem ser analisados desde o ponto de vista material, onde se assinalam as atitudes das gerações e onde o processo de apropriação se realiza no e através da utilização dos espaços, que surgem como uma condição necessária à vida. Não somente como dimensão material, o “lugar significa muito mais do que a sua localização, pois encerra significados culturais que sintetizam e representam o meio que o envolve, bem como a situação existencial em geral” (MAGALHÃES, 1994:100).

O papel da concepção projectual ao nível dos elementos constituintes é muito importante no processo de criação. Para que possa haver uma reciprocidade entre os elementos formais e os indivíduos, pois enquanto espaço material ele assenta numa base física de abordagem, em que os câmbios são menores que em termos de significados. A consciência da forma de cada espaço e das suas relações é primordial num bom projecto. Estas formas não têm de responder necessariamente a padrões perceptivos evidentes, a geometria elementar ou a simetrias bilaterais simples – se bem que tampouco há razões para descartá-las. Dotar o espaço de forma é dotá-lo de um sistema de ordem e implica usar os mecanismos capazes de fabricar esta ordem (LLORENS, 1994).

Por esta razão se torna necessário a compreensão do lugar de vida das populações em todas as suas componentes, pela importância no direccionamento do desenho urbano visionando a integração do espaço público com os seus habitantes, para que o mesmo não se torne numa ténue versão do desenho do lugar como espaço de ser e acontecer.

Um dos graves problemas na abordagem prende-se com a incapacidade do homem interagir e transformar o espaço de forma adequada. O espaço foi separado do lugar, dessa

¹⁷ Essa transformação considera-se como um processo contínuo através dos tempos.

forma se tornará no espaço dos objectos. Então se o lugar é o espaço do ser, consideramos que contrariamente ao que refere Albert Viaplana relativamente à Praça dos Países Catalães, em que o espaço vive por si, este é um espaço do não ser. Pois na realidade o lugar é transposto através de um conjunto de símbolos e significados que exprime uma identidade própria que pode ir desde a esquina da rua a toda a avenida, mas que só faz sentido pela presença do homem. A consideração do homem na expressão do lugar faz sentido porque é através dele que o espaço público se constrói, e que segundo FREITAS (2005:6):

” [...] encanta e atrai por suas formas, luzes, cores, também por representar possibilidades diversas de expressão, contactos, experiências, opções de domicílio, de lazer, de cultura e de acesso ao saber. Entre tantas possibilidades está a de construção de um ambiente que privilegie a habitabilidade, porém, com diferenciações ambientais, morfológicas, socio-económicas, culturais e de modos de viver.

Castells (1975) trata destas questões a uma escala maior e mais flexível, algo em que a dinâmica é de apreensão directa, em que o sistema de sinais tende a especificar-se num conjunto de relações recíprocas entre o traçado da cidade e os fluxos de circulação. A simbólica metropolitana poderá estar mais nas formas amplas e difusas das auto-estradas urbanas e espaço verdes do que concentrada em determinados lugares. Penso que Castells tende a direccionar a sua abordagem para esta escala, porque necessariamente a observação dos planeadores e daqueles que trabalham de forma mais directa o espaço público, assenta num base de abordagem mais específica e directa, de um espaço mais concreto. A cidade é constituída de lugares, todos eles fazem parte da sua simbólica, pois expressam sempre algum significado e a caracterizam.

Em jeito de conclusão, é importante entender as especificidades do lugar, marcado pelo sentido de pertença dos indivíduos, pois a identidade humana pressupõe a identidade do lugar, pelo que a estabilidade do lugar é uma necessidade fundamental (Norberg – Schulz, 1981). Na abordagem de YI FU-TUAN (1983:197), os lugares:

“[...] podem-se fazer visíveis através de inúmeros meios: rivalidade ou conflito com outros lugares, proeminência visual e o poder evocativo da arte, arquitectura, cerimónias e ritos. Os lugares humanos tornam-se muito reais através da dramatização. Alcança-se a identidade do lugar pela dramatização das aspirações, necessidades e ritmos funcionais da vida pessoal e dos grupos”.

A globalização efectua-se concretamente no lugar, por meio do qual o mundo pode ser percebido e interpretado nas suas diversas dimensões. Isto equivale a dizer que o lugar é, por excelência, o *locus* da vida. O processo de produção do espaço é, concomitantemente, o processo de reprodução da sociedade e da vida humana, condição que faz do lugar o cenário de realização do quotidiano, através do qual o mundial se expressa. Neste sentido, pode-se afirmar que a dimensão do mundial que o lugar encerra altera e redefine seu conteúdo sócio-espacial, o que não significa necessariamente a ocorrência da supressão das suas particularidades.

A forma do espaço público prende-se não somente com linhas e figuras geométricas, mas com algo intrínseco ao próprio espaço, mas que se define através do desenho. Contudo

este desenho tem uma organização definida por técnicos pelo poder local, ou seja um objectivo, que pode ser encontrado nas formas ou não. Depende da capacidade de produzir um espaço à imagem da cidade e dos usuários. A forma manifesta uma vontade, um objectivo, uma organização política, um conceito e um significado, mesmo que alienado do que ela está reproduzindo no momento em que se concebe. A forma não existe por si só, mas comporta uma série de objectos materiais e imateriais, assim como um conjunto de acções que são determinantes na sua projecção urbana e no modo como as pessoas se apropriam dos espaços. A apropriação efectua-se pela e na forma dos espaços públicos, conduzida pelas suas componentes. Cada pessoa encontra entre os diferentes objectos e acções, uma configuração que lhe confere uma identidade, um gosto particular, que vai fazer com que se aproprie do espaço. É nesse momento que o espaço se torna num lugar, único e intransponível, porque têm um valor identitário, tem uma estrutura organizacional e social.

Considerando o espaço público o lugar por excelência da cidadania, do encontro e também como pontos estruturantes da malha urbana, definidos por uma tipologia própria, a forma aparece como a determinação do que é e representa o espaço público, e como a sua vivência o transforma num lugar específico.